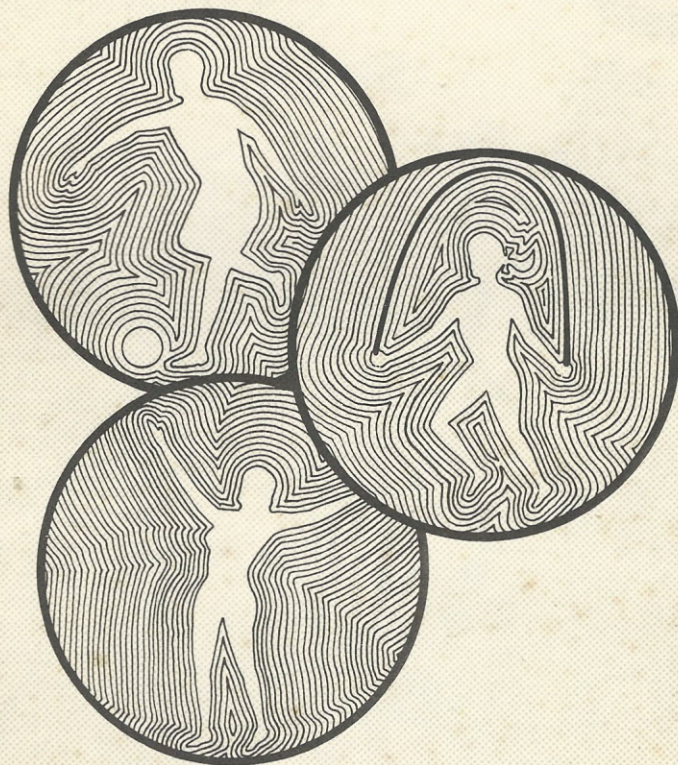


Educação Física e Desportos

Nº 13 e 14 MARÇO / JUNHO - 86



APEF Associação dos Profissionais
de Educação Física do RS

Campo Grande · MS convida o Brasil para participar do

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS



DIAS 16/07/86 A 20/07/86

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL - APEF/RS
Av. Alberto Bins, 480 s/ 401 - Porto Alegre - RS
CEP 90.030

Diretoria:

Presidente: Profº Paulo Egon Wiederkehr
1º Vice-Presidente: Profº Airton da Silva Negrine
2º Vice-Presidente: Profº Júlio Tadeu Soster
3º Vice-Presidente: Profª Neli Santos Rocha
4º Vice-Presidente: Profª Ilse Keitel
Secretária Geral: Profª Denise Reis Westphal
1º Secretário:
2º Secretário:
Tesoureiro Geral: Profº Adilson Bertei La Rosa
1º Tesoureiro: Profº Marino Felicidade Nunes
2º Tesoureiro:

S U M Á R I O

● EDITORIAL	2
● CONVOCAÇÃO	3
● REGIME PARA ELEIÇÕES DA APEF	4
● DOCUMENTO FINAL DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 12º ENCONTRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE TRAMANDAÍ	6
● CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA	11
● UM ALERTA AOS PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO BRASIL	13
Prof. Airton Negrini	
● EDUCAÇÃO FÍSICA - NOVOS COMPROMISSOS: PEDAGOGIA, MOVIMENTO; MISÉRIA	16
● REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	23
● TCHOUKBALL	28
Prof. John C. Andrews	
● CORRELAÇÃO ENTRE A RESISTÊNCIA DA MUSCULATURA ABDOMINAL, CAPACIDADE VITAL E ELASTICIDADE TORÁCICA	33
Profª Suzete Chiviacowsky	
● A VELOCIDADE EM ESCOLARES DE DIFERENTES NÍVEIS SÓCIO-ECONÔMICOS NA FAIXA ETÁRIA DE 11 a 14 ANOS DE IDADE	41
Prof. Arli Ramos de Oliveira	
● A PARATONIA E SUA RELAÇÃO COM A DIFICULDADE NA ESCRITA	46
Prof. Celso Luiz Mastrascusa	
● PROJETO: Preparação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento da Ginástica Escolar. "BRASIL, GINÁSTICA URGENTE"	51
● CURSOS e NOTAS	58

E D I T O R I A L

Cumprindo a fase inicial de uma longa caminhada que fomentamos a alguns anos atrás aqui no Rio Grande, a Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul APEF/RS, realizou em Tramandaí de 23 a 28 de março do corrente ano, o Iº Congresso Brasileiro de Associações de Professores de Educação Física FBAPEF, que teve como tema central A EDUCAÇÃO FÍSICA E A SUA FUNÇÃO SOCIAL.

O evento contou com uma participação altamente significativa a nível nacional. Estiveram presentes representantes de vinte e um Estados da Federação, o que legitimou sobremaneira a abrangência do conclave.

Após calorosos debates foram aprovadas vinte e oito propostas, além de outros tantos encaminhamentos de luta que se constituirão nos indicativos que deverão nortear os novos caminhos, para que a categoria busque cada vez mais a unidade a nível nacional.

Entendemos, outrossim, que a Educação Física Nacional passou a ter um "divisor de águas" que se caracterizou com o período antes do Iº Congresso Brasileiro e o período que estamos vivendo, posterior a este evento.

É necessário, que neste momento os professores de Educação Física, participem mais efetivamente da entidade de classe, para que possamos em um futuro bem próximo conquistarmos a nossa meta prioritária que é a regulamentação da profissão.

A DIRETORIA

C O N V O C A C Ã O

A Diretoria da Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, convoca seus Associados para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em sua sede, rua Alberto Bins, 480, sala 401 no dia 17 de junho de 1986 às 20 horas em primeira chamada e às 20.30 horas em segunda chamada, com a seguinte ordem do dia:

- Eleições da diretoria da APEF/RS e seu conselho fiscal.

Porto Alegre, 15 de maio de 1986.

Paulo Egon Wiederker

REGIME PARA ELEIÇÕES DA APEF

Art. 1º - As eleições serão realizadas nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho de 1986, observados os artigos 44, 48 e 49 do Estatuto da APEF.

§ 1º - Os sócios residentes em Porto Alegre, votarão nas urnas móveis que estarão nos seguintes dias, locais e horários:

- a) dia 17 - das 20.30 às 22 horas na APEF - Assembléia da APEF;
- b) dia 18 - das 9.00 às 12.00 horas na ESEF-UFRGS; das 14.00 às 17.00 horas, na APEF, das 19.00 às 22.00 horas na ESEF/IPA;
- c) dia 19 - das 9.00 às 12.00 horas na ESEF/IPA; das 14.00 às 17.00 horas na APEF, das 18.00 às 21.30 horas na ESEF/UFRGS;
- d) dia 20 - das 9.00 às 12.00 horas na ESEF/IPA; das 14.00 às 16.00 na ESEF/UFRGS e das 17.00 às 20.00 horas na APEF.

§ 2º - Os sócios residentes fora do município de Porto Alegre, votarão via postal utilizando material que lhes será enviado pela Comissão Eleitoral.

§ 3º - Os votos do interior serão recolhidos através da Caixa Postal ZH, número 160, e retiradas de ZH, dia 20/06/86, às 18,00 horas pela Comissão Eleitoral em urna especial.

Art. 2º - O período de apresentação de candidatos ao Conselho Fiscal e de chapas para a Diretoria fica compreendido do dia 19/05/86 ao dia 03/06/86, das 8.00 às 18.00 horas, na sede da APEF, mediante requerimento com o nome, assinatura dos candidatos e o cargo.

Art. 3º Somente poderão votar e serem votados os sócios referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do artigo 3º do Estatuto, que estejam em dia com suas obrigações sociais e que tenham ingressado no quadro social até o dia 20 de dezembro de 1985.

Art. 4º - Cada chapa poderá credenciar no máximo quatro fiscais junto à Comissão Eleitoral, com ação direta nos trabalhos de somente um de cada vez.

Parágrafo único - Os fiscais deverão preencher os requisitos do artigo 3º, deste Regimento.

Art. 5º - A eleição dos membros do Conselho Fiscal será feita nominalmente, podendo cada sócio votar em até 3 nomes, sendo eleitos os três associados mais votados e, como suplentes os três que se seguirem, na contagem de votos.

Parágrafo único - Em caso de empate será eleito o sócio mais antigo na entidade.

Art. 6º - A propaganda eleitoral encerra-se 24 horas antes do início da votação.

Art. 7º - É inadmitida a representação, por qualquer meio ou forma, para votar.

Art. 8º - Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral imediatamente procederá a apuração; após proclamará os resultados, e concluirá seus trabalhos com a leitura e aprovação da ata de eleição.

Parágrafo único - Durante a apuração será permitida a presença de 2 fiscais de cada chapa, junto a mesa, para observar os trabalhos de escrutínio.

Art. 9º - As cédulas de votação serão rubricadas pelo Presidente da Mesa Eleitoral.

Parágrafo único - As cédulas do interior serão rubricadas, após a identificação do eleitor remetente e o voto secreto será colocado na urna.

Art. 10 - Será invalidada a urna cujo número de cédulas estiver em desacordo com a relação numérica de eleitores constantes na ata.

Art. 11 - Qualquer rasura na cédula de votação determinará sua anulação.

Parágrafo único - Para o Conselho Fiscal deverão ser incluídos no máximo três nomes na cédula de votação.

Art. 12 - Será considerado válido o voto onde constar somente a Chapa ou somente o nome(s) para o Conselho Fiscal.

Art. 13 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único - Nos casos de irregularidades no decorrer das eleições, as solicitações de providências deverão ser feitas por escrito, à Comissão Eleitoral.

A Comissão Eleitoral

COMISSÃO ELEITORAL:

- Prof. Washington Gutierrez
- Prof. Francisco Camargo Netto
- Prof. Pedro Aniltom La Rosa
- Prof. Tamir Orth
- Profª Neli Santos Rocha
- Prof. Luiz Alexandre Oxley da Rocha
- Prof. Antonio Barbosa Rangel

DOCUMENTO FINAL DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 12º ENCONTRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE TRAMANDAÍ

Aos vinte e oito dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e seis, às vinte e três horas e trinta minutos, foi encerrado no Salão Nobre da Prefeitura de Tramandaí/RS - Brasil, o I Congresso Brasileiro de Educação Física e o 12º Encontro de Professores de Educação Física de Tramandaí. O evento contou com a presença de professores franceses, ingleses, austríacos, uruguaios, argentinos e representantes de todos os estados do Brasil, totalizando 1.200 participantes.

Como conclusão do evento, realizado de 23/03 a 28/03/86, foram apresentadas à apreciação do plenário, várias propostas pertinentes à classe. Após amplos debates e discussões, foram votadas e aprovadas as seguintes propostas:

- que a FBAPEF e as APEFs denunciem através da Imprensa, comunidade e outros setores, as irregularidades existentes nas academias, Escolas e outras áreas de atuação do professor de Educação Física, que estão sendo ocupados por leigos;

- que a FBAPEF e as APEFs encampem imediatamente a luta a fim de garantir a admissão de todos os professores de Educação Física já concursados, quer a nível Federal, Estadual ou Municipal, ao invés dos aproveitamentos mediante contratos ou de leigos que não apresentam titulação para o desempenho profissional;

- que a FBAPEF promova um evento que tenha como tema central "Educação Especial", oferecendo ao mesmo tempo curso nesta área de conhecimento.

Sugere-se, ainda, que a FBAPEF faça uma consulta prévia para detectar o Estado com maior número de pessoas interessadas e, realize o Encontro neste Estado.

- Que a FBAPEF se faça representar no Congresso Panamericano de Educação Física que será realizado em Cuba de 06 a 12 de julho de 1986;

- que a FBAPEF e as APEFs gestionem junto aos Conselhos Estaduais de Educação, para que os cursos e encontros realizados pelas Entidades de Classe, sejam reconhecidos para fins de concurso por estes Conselhos;

- que a FBAPEF realize o II Congresso Brasileiro de Educação Física no Estado do Ceará, no mês de julho de 1987;

- que a FBAPEF e as APEFs nos seus estados façam uma ampla mobilização junto ao Congresso Nacional, procurando comprometer os futuros candidatos constituintes dos diferentes partidos, a incluir na Nova Constituição um artigo que contemple a Educação Física e os desportos.

Sugestões:

1) Todos têm direito à Educação Física.

2) Incumbe o Estado em colaboração com as Associações e Federação de Educação Física de promover e apoiar a prática e difusão da Educação Física e Desporto.

- Que a FBAPEF com a ajuda das APEFs promova Seminários sobre "Constituinte e Educação Física", durante o ano de 1986;

- que a FBAPEF entre em contato com a organização da Conferência Brasileira de Educação (CBE) para que montem um painel específico sobre "Educação Física e a Constituinte". O Congresso da CBE, será realizado em Goiânia, em setembro de 1986;

- que a FBAPEF e as APEFs desencadeem uma campanha a nível nacional, junto às Escolas de Medicina, no sentido de orientar o acadêmico de Medicina para a importância do exame médico escolar;

- que a FBAPEF entre em contato com as Associações Médicas a nível Nacional e Escolas de Medicina, no sentido de sensibilizar a classe Médica e acadêmicos, da importância dos exames médicos e que as dispensas das Aulas de Educação Física somente sejam dadas, em casos que realmente o aluno esteja necessitado e que o professor de Educação Física faça um trabalho integrado com o médico a nível de escola;

- que a FBAPEF solicite ao Ministério da Educação uma fiscalização mais rigorosa nas Escolas de Educação Física, e que suspenda a autorização de funcionamento das Escolas que não cumprem as determinações do Conselho Federal de Educação;

- que a FBAPEF fiscalize a efetivação dos programas que compõem a Política Nacional de Educação Física e Desporto, expressa no Programa "Educação para Todos" e solicite a implantação da Educação Física de 1ª a 4ª série do 1º grau ministrada por professor de Educação Física;

- que a FBAPEF encaminhe um expediente ao Conselho Federal de Educação, solicitando a este Conselho a oportunidade de opinar sobre a aprovação dos cursos de graduação, pós-graduação e bacharelado em Educação Física;

- que as APEFs gestionem junto as Faculdades e Universidades buscando um intercâmbio com o objetivo de proporcionarem uma reciclagem aos professores de Educação Física;

- que as APEFs filiadas, promovam debates, junto a categoria, a fim de tomarem posição sobre a legislação da Educação Física e Desporto, encaminhando as sugestões à FBAPEF;

- que as APEFs mais próximas façam maior integração no sentido de fortalecimento das entidades;

- que as APEFs mantenham contato com as Escolas de Educação Física, fazendo trabalho de mobilização e informação aos seus corpos

docente e discente através dos Diretórios Acadêmicos e Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física;

- que a FBAPEF e a APEF promotora do Congresso, encaminhem os critérios de seleção dos temas livres juntamente com a divulgação oficial, possibilitando na programação, a apresentação de um número maior de temas livres por professores e alunos;

- que a FBAPEF promova um debate nacional para rever os métodos atuais de avaliação para ingresso nas Escolas Superiores de Educação Física;

- que a FBAPEF proporcione uma participação mais efetiva dos estudantes dentro do Congresso, através da Executiva Nacional dos Estudantes da Educação Física;

- que a FBAPEF lute para que seja instituído um salário básico para professores de Educação Física que atuam fora da Escola, isto é, Academias, hospitais, parques de diversão e atividades afins;

- que a FBAPEF se engaje na luta pela união dos Trabalhadores;

- que nos próximos eventos a FBAPEF convide a Srª Milena, com 72 anos de idade, participante do I Congresso Brasileiro de Educação Física para apresentar sua experiência de Natação na Terceira Idade;

- que a FBAPEF faça um expediente de repúdio ao Ministério do Trabalho, pelo parecer contrário à regulamentação da profissão com bases infundadas;

- que a FBAPEF solicite às Escolas Superiores de Educação Física para fazerem experimentos de pesquisa científica, junto aos acadêmicos, no sentido de despertá-los para o trabalho científico;

- que a FBAPEF encampe luta, para:

- não pagamento da dívida externa;
- um piso salarial para os professores, de três salários mínimos;
- paralisação nacional no dia 17 de abril de 1986;
- uma Reforma Agrária sobre controle dos trabalhadores;
- eleições diretas de diretor de Escola a Presidente da República.

- Que nas APEFs haja uma mudança de atitudes de seus dirigentes, onde as decisões e seleção de temas para os encontros não fiquem na mão de um elemento da diretoria, e sim, através de comissões criadas para estes fins, e que nos encontros os associados possam se expressar livre e respeitosamente.

Foram aprovados os seguintes encaminhamentos de luta para a Regulamentação da profissão:

1) Manter a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei do Deputado Darci Pozza, e o substitutivo do Deputado Márcio Braga;

2) que a FBAPEF elabore um boletim esclarecendo toda a discussão para os professores do Brasil. Este boletim deverá ser remetido 30 dias após o Congresso;

3) que as APEFs Estaduais e dos territórios deverão reunir recursos financeiros para divulgar esse boletim que convocará a categoria para reuniões regionais sobre discussão do tema até 15 de maio de 1986;

4) os boletins das APEFs deverão conter cronograma com as datas e locais das reuniões, além de uma cópia do projeto de lei em tramitação. Sugere-se que as reuniões devam ser realizadas em âmbito escolar, municípios e regiões;

5) que as APEFs realizem assembléias até 30 de junho de 1986, com os seguintes pontos de pauta:

I) Regulamentação da profissão:

a) concepções filosóficas da Educação Física;

b) definição da área de abrangência dos profissionais de Educação Física;

c) necessidade da Regulamentação de suas conseqüências legais e concretas;

d) código de ética.

II) Projeto de Lei que cria os Conselho Federal e Regionais de Educação Física.

6) Durante o mês de julho/86, realizar reunião do Conselho de Entidades da FBAPEF com a seguinte pauta entre outros assuntos:

I) Informe aos estados;

II) Deliberação com os pontos de pauta discutidos nos estados;

III) Encaminhamento das emendas, resultante das discussões, para tramitação no Congresso Nacional.

7) Encaminhamento de mobilização nacional com edição de Boletins Informativos para todos os professores dos estados;

8) Dia Nacional de Luta, pela aprovação do projeto da categoria, com manifestações públicas, das quais serão tirados documentos exigindo a aprovação do projeto a ser enviado ao Congresso Nacional. Data: entre 15 e 30 de setembro de 1986 - Sugestão: dia 27/09/86.

Foram, ainda, apresentadas as seguintes sugestões de tema para o próximo Congresso, que será decidido no Conselho de Entidades em julho em Belo Horizonte.

- A Educação Física, o Homem, a Sociedade e a Realidade Brasileira Hoje.

- Educação Física no Terceiro Mundo.

- A Educação Física e a Realidade Brasileira: Situação e Perspectivas.

- Educação Física e Transformação.

- Educação Física: Uma Questão Política?

- Educação Física e Realidade.

- Caracterização da Educação Física como componente curricular.

- A Educação Física comprometida com as transformações sócio-culturais.

- "Educação Física movimento e vida".

- A Educação Física no Processo de Educação Formal e não Formal.

- Ginástica e Preparação Física em Academias.

- Musculação - Nova Perspectiva na Área da atividade Física.

- Dança, Jogos e Recreação na Escola de 1ª e 2ª graus.

- Educação Física - Seu currículo e bases filosóficas, pedagógicas e sociais.

- Regulamentação de Academias.

- Educação Física: uma prática pedagógica.

Profº PAULO EGON WIEDERKEHR
Coordenador Geral do I Congresso
de Educação Física

Profº AIRTON NEGRINE
Coordenador do I Congresso Brasileiro
de Educação Física

Tramandaí, 28 de março de 1986.

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA PELA APEF APÓS O CONGRESSO BRASILEIRO

De: APEF/RS

Para: ESEF/DA/SEC/SMEC

Ofício Circular nº /86

Sr. Diretor(a):

Em atendimento à proposta aprovada no I Congresso Brasileiro de Educação Física da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física do Rio Grande do Sul-APEF/RS, vem so licitar aos responsáveis pela admissão de pessoal, que lutem a fim de garantir a admissão dos professores de EDUCAÇÃO FÍSICA já concursados, que a nível Federal, Estadual ou Municipal, ao invés do aproveitamento de pessoal docente mediante a contratos ou de leigos que não apresentam titulação para o desempenho profissional.

Sem mais para o momento, certos que contaremos com o apoio de todos os companheiros, nos colocamos ao inteiro dispor.

Atenciosamente,

Profº Paulo Egon Wiederkehr,
Presidente da APEF/RS

NOTA À IMPRENSA

A(o):

Sr. Redator

Agradecemos pela divulgação ou publicação desta nota.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA LEIGOS

A Associação dos Profissionais de Educação Física do Rio Grande do Sul, atendendo proposta aprovada no 1º Congresso Brasileiro de Educação Física da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física-FBAPEF, vem a público denunciar que há Escolas, Academias de Ginásticas e de Artes Marciais que continuam a prestar seus serviços à comunidade tendo nos seus quadros professores leigos sem nenhuma formação pedagógica ou sem curso concluído, tirando o emprego daqueles que estão habilitados e ao mesmo tempo colocando em risco a saúde daqueles que pagam para gozar deste benefício.

Ao mesmo tempo alerta a comunidade para a necessidade do atendimento dos praticantes de Educação Física por profissionais habilitados, ressalta ainda que quando este trabalho é orientado por leigos podem ocorrer malefícios físicos e psíquicos.

Por outro lado, conclama aos proprietários de academias e aos responsáveis pela contratação de professores nas escolas, para que realizem concurso quando admitirem profissionais de Educação Física, utilizando como um dos pré-requisitos a licenciatura em Educação Física.

Porto Alegre, 15 de maio de 1986.

Prof. Paulo Egon Wiederkehr,
Presidente da APEF/RS.

Porto Alegre, 10 de abril de 1986.

Companheiros:

Com o apoio da APEF/RJ (Associação de Professores de Educação Física do Rio de Janeiro) e promovida "SPRINT REVISTA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA e SAÚDE" divulgou-se no 1º CONGRESSO BRASILEIRO da FBAPEF - Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física a realização do II CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE e IV SIMPÓSIO DE ATIVIDADE FÍSICA a ser realizado de 20 a 25 de julho de 1986 no Centro de Convenções do Hotel Glória - Rio de Janeiro.

Situado o evento ao qual nos referimos, passamos agora a análise crítica para reflexão dos professores e acadêmicos de Educação Física, e de todas as entidades que estão por esse BRASIL a fora a promover encontros de tal natureza.

São tantas as contradições que encontramos, que passamos a enumerá-las e comentá-las para que se faça uma análise mais profunda sobre o assunto em questão.

1) DA TAXA DE INSCRIÇÃO: Tanto o Congresso como o Simpósio tem como taxa de inscrição Cz\$ 200,00 até o dia 30/06/86 e o valor de Cz\$ 300,00 a partir desta data. O que se questiona é o porque de preços diferentes se tudo está congelado? A não ser que os professores que irão ministrar os cursos fizeram esta exigência, o que não acreditamos. Portanto, é fundamental que a entidade promotora siga ao menos a política nacional de congelamento de preços, principalmente, por ter o apoio de uma entidade de classe, APEF/RJ.

2) DOS OBJETIVOS: Os referidos eventos ressaltam como objetivos:

a) Levar os participantes a estruturarem uma atitude científica diante da complexidade da Educação Física no Brasil;

b) Promover maior integração dos professores e estudantes de Educação Física, através da troca de informações e conhecimentos técnicos.

Como se vê, o primeiro objetivo, é de caráter, eminentemente técnico-científico, o que é muito lógico em eventos desta natureza. O segundo objetivo, é de caráter sociabilizante, visando a integração dos participantes.

O que nos causa estranheza é que no momento atual se promovam "CONGRESSOS" sem objetivo político, isto é, sem discussão pertinente a profissão e a nossa condição de cidadãos no exercício da cidadania, ainda mais, quando realizados com o apoio de uma APEF e com a promoção de um meio de divulgação que tanto enfatiza a ação política do professor de Educação Física. Parece ser esta uma grande contradição.

3) DO CONGRESSO: Comecei a ler a programação pertinente ao CONGRESSO, por sinal, muito bem impressa, com um "MARKETING" perfeito. Para minha surpresa, o dito "CONGRESSO" é composto de apenas cinco (5) cursos técnicos e nada mais. Já ia esquecendo, o CONGRESSO tem como tema central: PERFORMANCE.

Continuei lendo o programa e encontrei a programação do IV Simpósio que tem como tema Central: CORPO.

Pois, companheiros, o dito SIMPÓSIO é, também, composto de seis (6) cursos técnicos e nada mais.

Antes de continuar, quero registrar que nada temos a questionar quanto a capacidade e a competência dos professores destacados a ministrar os cursos, pois são todos eles do mais alto gabarito.

Nosso questionamento, vai no sentido de perguntar: como se pode chamar isto de CONGRESSO?

o Onde está o Debate?

o Qual a programação para favorecer a discussão dos problemas pertinentes a categoria?

o Em que momento o Congresso é foro de decisão?

Pior ainda, as pessoas desinformadas, muitas vezes fazem um grande sacrifício para participarem destes eventos, e voltam para casa crenes que participaram de um CONGRESSO.

Este tipo de programação era uma prática dominante no BRASIL em Congressos de Educação Física até 1982 (podemos estar equivocados no dado), quando em TRAMANDAÍ/RS no 8º Encontro Nacional de Professores de Educação Física extraímos um documento de tomada de posição política frente aos problemas inerentes à Educação Física. A partir daí os Congressos aqui no Rio Grande do Sul realizados como em outros estados da Federação passaram a incluir temas deste cunho quando promovidos por entidades de classe.

Esta promoção da SPRINT com o apoio da APEF/RJ, como outras promovidas pelo mesmo órgão pelo BRASIL a fora, da forma como está estruturada e com o nome de CONGRESSO, além de ser totalmente alienadora, parece ter interesses mercantilistas onde tem como objetivo o lucro.

Companheiros, não é mais aceitável que se realizem no BRASIL Congressos, Simpósios ou quaisquer outros eventos desta natureza, sem que se tenha, também, a discussão política, pois é o que nos impulsiona a avançar, caso contrário, estaremos retrocedendo.

Cabe, ainda, Companheiros, mais alguns questionamentos:

a) As entidades que promovem tem consciência disto?

b) Este tipo de programação, eminentemente técnica está a ser viço de quem?

c) As APEFs irão continuar caladas frente ao que está ocorrendo em todo Brasil, onde se realizam eventos desta natureza?

d) A APEF/RJ continuará dando apoio a Congressos desta natureza, depois que na Assembléia Geral da FBAPEF em Brasília decidiu-se reconhecer a nível nacional somente os Congressos da FBAPEF?

Entretanto, não somos contrários aos cursos técnicos, entendemos que são extremamente necessários. O ideal é que se mantenha um equilíbrio entre o técnico e o político, o que não podemos aceitar, é que somente um rol de cursos sejam intitulados de Congresso.

Finalmente, é necessário que a APEF/RJ e seus dirigentes façam uma reflexão sobre a participação em tais eventos, e que a SPRINT REVISTA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, se pronuncie sobre o assunto.

Profº AIRTON DA SILVA NEGRINE
Professor da ESEF/UFRGS

OBSERVAÇÕES:

1) Esta matéria está sendo remetida à REVISTA "SPRINT", esperando que divulguem e ao mesmo tempo apresentem suas posições.

2) Estamos remetendo para todas as APEFs e FBAPEF, solicitando às APEFs que divulguem junto aos Diretórios Acadêmicos e à Comunidade dos Professores de Educação Física para que seja feita uma reflexão e crítica à matéria em questão.

EDUCAÇÃO FÍSICA-NOVOS COMPROMISSOS: PEDAGOGIA, MOVIMENTO, MISÉRIA

Programado para o período de 12 a 14 de março de 1986, na cidade pernambucana de Olinda, o I Encontro Nacional de Dirigentes Metropolitanos de Educação suscitou, por parte da SEED - MEC a intenção de nos convidar - na condição de profissionais de Educação Física, e sem estabelecer nenhum compromisso com ela, enquanto instituição governamental - para efetuarmos um estudo em torno das questões inerentes a essa área do conhecimento, à luz do contexto social brasileiro. A promoção de uma Educação Física voltada para as necessidades da maioria da população foi o fio condutor que norteu todas as discussões.

Este documento reflete o resultado de estudos que tiveram como objetivo a busca de "novos compromissos" para a Educação Física com ênfase na problemática da Pedagogia, do movimento e da miséria.

Reportando-nos ao título, este documento refere-se aos novos compromissos da Educação Física. No entanto, que compromissos neste país ainda podem se caracterizar como novos? O desgaste do termo é de tal monta que torna difícil seu uso numa proposição séria. A novidade não estaria em afirmar, mas sim em, efetivamente, cumprir com tais compromissos. Portanto, deve ficar claro que não se trata de mais uma nova idéia, mas sim, da proposição de uma prática coerente com as intenções contidas neste texto. A nossa sociedade precisa conhecer a Educação Física e saber que há profissionais nesta área empenhados no sério compromisso de torná-la uma ação pedagógica conseqüente, que busque alternativas educacionais dignas no deplorável quadro da Educação brasileira. Tais profissionais representam uma tendência emergente na Educação Física no Brasil que, ao entende-la e explicá-la, sob a ótica de uma concepção dialética do movimento, busca a superação do corpo teórico existente, transformando-o estruturalmente. Esta tendência contrapõe-se àquela outra representada por profissionais que, mesmo desejando mudanças, somente as perseguem superficialmente. Esta contraposição acirra-se ainda mais no confronto com uma terceira tendência, hegemônica, cujos profissionais que a representam, colocam-se a serviço da reprodução e subseqüente perpetuação dos valores pertinentes à concepção de Educação Física dominante.

Neste quadro, vem se estabelecendo uma luta hegemônica na qual a Educação Física dominante busca preservar seu domínio, enquanto aquela que se fundamenta na concepção dialética do movimento desenvolve esforços com vistas a desestabilizar a hegemonia conservadora.

O conflito no campo das idéias tem gerado uma crise teórico-prática salutar, uma vez que, em futuro bem próximo, tudo indica que se caminhe para uma ruptura epistemológica na busca de paradigma, não cumulativo, mas transformador da Educação Física. Neste sentido, a Educação Física, dimensão pedagógica de uma ciência do movimento humano, tem por objeto o homem em desenvolvimento e, sendo uma ação educativa, científica e comprometida politicamente, não pode possuir uma prática neutra.

Na ótica da Educação Física, compreender as causas da miséria da Educação será o intento daqui por diante. O sentido deste trabalho leva da análise e compreensão da miséria da Pedagogia para o compromisso com uma Pedagogia voltada para a eliminação da miséria humana.

Com tantas referências à miséria permeando o texto, faz-se necessário identificá-la melhor. Num contexto mais amplo, a identificação da miséria é imprescindível, pois que, se a miséria humana se estende a todos os homens, indistintamente, priorizamos nosso compromisso com aqueles que, ao desabrigo de uma organização social dividida em classes de dominantes e dominados, pertencem a esta segunda. São estes os integrantes da sociedade que, sofrendo os efeitos da exploração econômica, não têm direito a, dignamente, comer, trabalhar, morar, jogar, estudar, decidir. Segundo dados da Revista Retratos do Brasil, em seu número que trata da situação da infância brasileira, o modelo de desenvolvimento do país excluiu nos últimos anos a maior parte da população dos benefícios do progresso social. "Se em 1960 os 50% mais pobres detinham 17,4% da renda, em 1981 eles tinham de se contentar com somente 14,2%, enquanto os 20% mais ricos pularam de 54,8% em 1960 para 61,6% em 1981". Ou seja, os pobres tornaram-se cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, aprofundando as desigualdades.

As mazelas resultantes de uma sociedade injusta, inevitavelmente fazem parte, também, do universo da Educação Física. Por que não fariam se o país e o momento histórico são os mesmos? Observando, ainda que a grosso modo, as atividades desenvolvidas pelos professores de Educação Física nas escolas brasileiras, encontram-se os reflexos dessas mazelas próprias de uma sociedade de classes. O que levaria o professor a não compreender a inviabilidade de submeter crianças desnutridas a determinados esforços? Como ignorar ou deixar de levar em conta que a ingestão diária de alimentos da grande maioria de crianças não corresponde ao gasto energético dispendido nas atividades escolares? Como compreender que, na ânsia de buscar o campeão se faça sucumbir os mais violentados?

Numa perspectiva tecnicista, a busca do campeão desencadeia um processo seletivo e discriminatório sobre as crianças, e os que a ele sobrevivem são chamados de "talentos". Talentosos para o quê? Seguramente para suportar os castigos que a injustiça social impõe e ainda pendurar no pescoço a medalha que os pais, o professor, o técnico, o dirigente, o Governador, o Presidente tanto anseiam. Não basta recusar essa Educação Física; é necessário compreender as causas dessa miséria pedagógica que, no ambiente escolar, marginaliza os cidadãos deste país. Nesta nefasta ação pedagógica igualam-se à Educação Física, a Matemática, a Geografia, a História e outras. Os professores de Educação Física, através da história, ainda não conseguiram encontrar, em sua ação teórico-prática, dimensão social que justifique a existência da Educação Física, ou seja, esta não tem conta de dimensionar sua prática no sentido de explicitar e entender as contradições e conflitos inerentes à educação.

Em toda discussão que trata da miséria, a fome aparece como o maior destaque e como, contra a fome o único argumento é o alimento comestível, a Educação é sempre deixada de lado. Querem fa-

zer da escola um albergue. Enquanto pais permanecem desempregados ou com seus salários aviltados, crianças vão para a escola por causa da merenda escolar. Sem alternativas a oferecer, a Educação Física persiste, diante disso, por força dos decretos e leis que são baixados desde o Império.

Cabe ressaltar, no entanto, que a fome não deve ser vista apenas sob este ângulo. São muitas as "fomes" dos brasileiros e, para elas, a Educação Física pode ter muito "alimento" a oferecer. A criança vai à escola, e quando nela consegue permanecer, vive com fome de amor, de justiça, de inteligência, de sociabilidade, de movimento. Na Educação Física, por exemplo, oferecem-se medalhas, às quais, alimentam o quê? O orgulho nacional? Para que essa medalha dignificasse esse orgulho de ser brasileiro, seria preciso, não a separação de fracos e fortes, mas sim, que o campeão fosse expressão de seu povo, paradoxalmente, não um povo que competisse entre si pela sobrevivência, mas que estabelecesse relações de igualdade.

Um dos ângulos que merecem destaque sob o ponto de vista de Educação Física é o da fome de movimento. Esse movimento pode ser sadio ou um alimento indigesto. Retomando questões citadas anteriormente, o exercício deve ser de intensidade tal que não ultrapasse os limites da reposição energética. Se uns podem comer proporcionalmente a tudo o que consomem de energia, seria justo que todos o pudessem. Como consequência o profissional da Educação Física deve ter em mente que o movimento proposto à criança precisa ser, não apenas o compensatório, mas o que contenha no seu interior os elementos que nutram a criança de amor, de inteligência, de sociabilidade, de tal maneira que a consciência seja a conquista maior, para que o cidadão, assim formado, conquiste o seu direito à justiça social. Pois que, justiça, comida, participação, não podem ser concessões do Estado, mas sim, direitos inalienáveis do povo.

Considerados esses aspectos, evidencia-se nosso compromisso com o movimento libertador, em oposição ao movimento opressor. Não se trata apenas de reivindicar que as crianças se movimentem, mas sim, que se movimentem em busca de assumir na sociedade a concretização dos direitos que todos, por princípio, possuem. Não bastasse o absurdo de se prender em salas e cadeiras os alunos, da pré-escola à universidade, ainda se os dirige nas aulas de Educação Física para movimentos que apenas reproduzem a ideologia dominante. Sendo o movimento, em última análise, a única maneira de interferir na ação, motora ou psíquica, do indivíduo, é por ele que a ideologia se inculca. Desta forma a Educação Física, por cumprir o papel de reproduzir os valores culturais predominantes na sociedade, não tem considerado as especificidades culturais próprias daqueles que são oriundos da classe trabalhadora. Esse comportamento social tem sido responsável pela discriminação e exclusão de um enorme contingente de crianças, impedindo-as de prosseguir seus estudos dentro do sistema escolar.

Os corpos das pessoas são disciplinados pela vigilância constante do poder que, insinuando-se na cultura pelos aparelhos de reprodução, determinam o que pode e o que não pode ser feito. O medo da vigilância, os castigos e proibições incorporam-se ao corpo do Homem, traduzindo-se na rigidez muscular, prisão biológica, equiva

lente fiel da prisão social que exclui a imensa maioria da participação de um país que parece pertencer apenas a uns poucos. Nem por isso afirmamos que a classe dominante não possui "courageiras" musculares. Pelo contrário, as pessoas dessa classe também as possuem, mas embora coincidindo em alguns pontos, a rigidez muscular dos membros da classe favorecida reflete e reforça o papel de dominação de que são imbuídos. Por outro lado, as "courageiras" que envolvem o corpo da maioria da população, traduzem e reforçam os efeitos da dominação que lhes é imposta. Com relação a isso, vale lembrar que, de maneira alguma, tratamos aqui da "courageira" muscular como fenômeno no circunscrito ao corpo individual. Sobretudo nos referimos ao seu jeito e suas relações sociais, portanto, também às "courageiras" sociais. Os melhor aquinhoados na distribuição da riqueza nacional podem, querendo, amenizar suas tensões, facilitando um investimento dirigido ao corpo. Esse investimento, traduzido em técnicas, melhor ou pior elaboradas, voltadas para a tomada de consciência ou simplesmente para a compensação da vida sedentária, reflete a estrutura do poder no que se refere, dentre outras coisas, à captação de lucro. O corpo do cidadão pode ser fonte de lucro se o investimento for bem dirigido. Tem-se a impressão de que é possível pagar pela tomada de consciência e de que, quem não pode pagá-la, não pode possuí-la.

Nesse quadro de miséria gerenciada pela pedagogia, como poderia agir a Educação Física comprometida com o movimento de libertação das classes subalternas? Justamente por entender que a Educação Física, boa ou má, é acessível a tal população, é que a ação se torna possível. A promoção do movimento corporal é objetivo da Educação Física e, na medida em que se entenda ser a tomada de consciência o fator decisivo para que o sujeito venha a reconhecer seu direito à liberdade, é que podemos contrapor a uma pedagogia miserável, uma pedagogia voltada para a eliminação da miséria humana.

Falar dessa contraposição significa falar de inverter papéis: da Educação Física que se pratica hoje, para a Educação Física que geraria as contradições, no interior das quais desencadear-se-ia o processo de conscientização. É fundamental perceber isto que afirmamos na exemplificação de práticas que comumente se observam nas escolas. Um jogo pode ser proposto pelo professor às crianças feito um "pacote": regras, técnicas, táticas, organização, materiais, prontos. Ao indivíduo caberia jogar, exercitando-se, segundo o comando do professor, em habilidades mais e mais desenvolvidas, até atingir uma performance julgada satisfatória, também pelo professor. Nesse caso, alimenta-se a subserviência, mas não a inteligência; alimenta-se a obediência às regras, mas não a compreensão de normas de respeito individual e social; alimenta-se uma certa habilidade motora, mas não a criatividade. Se, por outro lado, a proposta fosse de jogar de acordo com uma orientação geral, trabalhando com as crianças a elaboração das regras, das técnicas, teríamos resultados completamente diferentes. Neste caso o indivíduo estaria se alimentando de elementos imprescindíveis à sua cidadania, onde as diferenças sociais, os preconceitos, as incapacidades, não seriam camufladas. O jogo representa simbolicamente o indivíduo e sua vida em uma determinada sociedade. Por que isso é camuflado no ambiente escolar? Se o jogo tem essas características, que essa representação se faça com liberdade. É isso que queremos: que as con

tradições surjam, pois promovê-las, denunciá-las, refletir sobre elas, apreendê-las e superá-las é o papel da educação.

O direito à consciência não pode ser negado a quem quer que seja. Mas o fato é que os indivíduos das classes oprimidas têm esse direito negado e compreender as causas dessa negação é também uma tarefa da Educação Física. É preciso entender que, se o Estado organiza seus aparelhos de reprodução ideológica, essa ideologia é reproduzida também pelo corpo. Dessa maneira, tratando-se do ambiente escolar, professores exercem esse poder em nome dos interesses dominantes, e os distribui por seus alunos. Seria ilusão pensar que bastaria recomendar que os professores propusessem jogos ou exercícios diferentes. A questão, se exige a formação de novos conteúdos práticos, exige também a veiculação do compromisso por todos os canais que o conduzam para onde possa agir como força de pressão.

Retomando o exemplo do jogo que ilustrou a questão do processo de conscientização, perguntamos: que consciência poderia ocorrer no primeiro caso, quando as regras são impostas? O problema não permite como resposta uma quantificação matemática. Não seria possível saber, portanto, o quanto ocorreria aí de tomada de consciência. No entanto, se levarmos em conta que o professor, naquela situação, fez uma proposta não geradora de contradições, resolvendo, além disso, os conflitos por acaso surgidos, haveremos de concluir que o referido procedimento retardaria em muito o processo dessa tomada de consciência. No segundo caso, a criança, julgando poder praticar o jogo com os recursos de que dispõe, depara-se de imediato com a contradição entre querer jogar e não poder pela inexistência de normas que regulem as relações no grupo. É assim que, para poder prosseguir na prática, elabora regras consensuais ao grupo e a contradição, assim resolvida, é superada. Dessas relações envolvidas na elaboração da regra, a criança, em maior ou menor grau, terá consciência. Ora, se o jogo representa simbolicamente o mundo vivido, ou seja, o mundo trazido para o ambiente do jogo, da mesma maneira as tomadas de consciência ocorridas nesse ambiente da Educação Física serão levadas para o mundo real. O mesmo é válido para qualquer outra atividade em Educação Física: os exercícios, quaisquer que sejam, uma vez impostos, retardam o processo de conscientização. Independentemente da situação, a criança deve exercer o direito à compreensão do seu corpo e das suas relações com o mundo. É em conformidade com isso que precisamos destacar que não se pode confundir a tomada de consciência com o processo de aquisição de conhecimentos críticos do aparelho biológico. Não custa repetir que essa consciência nasce no seio das contradições e não de elementos isolados. Tomar consciência de si equivale a tomar consciência do meio em que se vive.

Nesta linha de pensamento o resgate do compromisso social na ação pedagógica da Educação Física no sentido da superação do como é para o como deveria ser precisa ser conquistado e, algumas fases, que consideramos importantes, devem ser observadas, a saber:

a) o domínio do conhecimento e do proceder científico.

É necessário que os profissionais da Educação Física conheçam o corpo teórico que sustenta a visão de ciência, dominante entre

os cientistas da educação do movimento. A ciência precisa passar por uma análise crítica e epistemológica contínua, no sentido de classificar a relação ciência-sociedade. A História tem comprovado que a apropriação do saber é também uma ferramenta de poder nas relações sociais.

Torna-se premente a necessidade de as pesquisas serem socializadas e seus resultados colocados a serviço de toda a população. Toda a produção de conhecimento envolve gastos públicos e deve ter retorno social. Neste proceder científico o pesquisador não pode perder de vista que o conhecimento foi antes um conhecimento empírico e, portanto, a valorização do saber popular deve ser resgatada para o interior do pensar e fazer ciência do movimento.

b) da competência pedagógica:

Tal competência pressupõe o domínio da ação pedagógica consequente no tocante à contribuição desta na instrumentalização do indivíduo para a vida. Esta pedagogia deve superar as concepções mecanicistas e reprodutivistas que se tem difundido até hoje. Temos consciência de que a pedagogia não é, por si só, a alavanca da transformação da sociedade e muito menos um fator de redução das desigualdades. No entanto, entendemos que a transformação da sociedade não se dará sem uma pedagogia libertadora.

c) da competência ética:

Atendo-se ao campo específico da Educação Física, a competência ética não deve ser vista como um conjunto estanque de valores imutáveis, mas sim como a capacidade do professor de questionar os valores existentes, criticando, negando e denunciando as injustiças, a corrupção e todos as demais formas de violência humana.

d) das responsabilidades governamentais:

Esta fase pressupõe a determinação de uma política capaz de no campo de atuação do MEC, reestruturar os diferentes órgãos nos níveis federal, estadual e municipal dentro da atuação de cada um, procurando eliminar a superposição de funções dirigidas para os mesmos fins. O MEC deve atuar no sentido de destacar a responsabilidade dos demais níveis da administração pública e privada, concentrando esforços federais na busca de mecanismos disseminadores das posições políticas aqui mencionadas.

Espera-se que o discurso legal dos dirigentes federais, estaduais e municipais se caracterize por uma prática onde a criança não seja privada do direito ao movimento e à facilitação do processo de conscientização corporal e social, permitindo assim, ao futuro homem, ser sujeito de sua história pela sua ação consciente.

Finalizando lembramos um episódio no qual o segundo Presidente da Nova República, arguido sobre o uso que faria dos aparelhos de ginástica do Sr. João Baptista de Figueiredo, respondeu que não pensava utilizá-los, mesmo porque, complementou, "Tartaruga vive cem anos e não pratica esportes". Embora não concordando com a metáfora presidencial - a prática esportiva pressupõe consciência, atributo dos homens - admitimos sua negação daquela educação física

por entendê-la não reveladora da ação humana consciente. No entanto, em função dos compromissos aqui explicitados, estamos convictos de que, em futuro muito breve não mais será possível ao Homem Sarney comparar seres humanos a tartarugas quando se referir às atividades físicas e esportivas.

ANA MARIA FEITOSA
APOLÔNIO ABADIO DO CARMO
CELI NELZA ZULKE TAFFAREL
FLORISMAR OLIVEIRA THOMAZ
IZILDA CARDOSO COSTA
JOÃO BATISTA FREIRE DA SILVA
JOÃO BOSCO ARAÚJO TEIXEIRA
JOSÉ ELIAS DE PROENÇA
JOSÉ MANOEL CRUZ PEREIRA NUNES

LINO CASTELLANI FILHO
LUCY APARECIDA DE GODOY BIZZO
CCHI
MARISTELA MAURA SILVA
PAULO ROBERTO GOMES DE LIMA
RENATO MEDEIROS DE MORAIS
ROSÂNGELA DA COSTA DONATO
TEREZA LUÍZA DE FRANÇA
TERESINHA MARIA GIACOMIN

JOSÉ RICARDO MARTINS ARAÚJO

- Em Memória -

PELOS ÓRGÃOS PROMOTORES:

SEED-MEC

CESAR AUGUSTUS SANTOS BARBIERI
MARIA ELIENE PINHEIRO PEIXOTO BOTELHO
PERSON CÂNDIDO MATIAS DA SILVA

SE - DED (Pernambuco)

JOSÉ PINTO LAPA

Estamos publicando nesta revista a submenda substitutiva ao substitutivo do relator, Dep. Márcio Braga, ao projeto de lei 4559/85 que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais dos Profissionais em Educação Física, Desporto e Recreação, publicado na íntegra no número 11 e 12 desta Revista.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.559/85

"Dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Profissionais em Educação Física, Desportos e Recreação".

Autor: Deputado DARCY POZZA

Relator: Deputado MARCIO BRAGA

VOTO EM SEPARADO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Darci Pozza visa a criação do Conselho Federal e dos Conselho Regionais dos Profissionais em Educação Física, Desportos e Recreação.

A matéria obteve parecer pela constitucionalidade jurídica e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e, agora, em exame neste Órgão Técnico, foi distribuído ao Deputado Márcio Braga que proferiu parecer favorável, com substitutivo.

Somos de opinião que o substitutivo ora apresentado vem melhorar consideravelmente o projeto original, traduzindo o verdadeiro anseio da classe.

Ocorre que, acreditamos haver necessidade de se tornar, primeiramente, reconhecida a profissão daqueles que atuam em Educação Física e, também, se definir qual a competência daqueles profissionais, motivo pelo qual submetemos à douta consideração da Comissão de Educação e Cultura a presente submenda substitutiva ao substitutivo do Relator.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1986.

Deputado JOÃO BASTOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA

Projeto de Lei nº 4.559, de 1984, que "Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais".

CAPÍTULO I

Da Regulamentação

Art. 1º - Ficam reconhecidos, no país, como profissionais em Educação Física, oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 2º - É da competência do profissional em Educação Física planejar, elaborar, programar, implantar, dirigir, coordenar, executar, analisar e avaliar atividades, estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas nas áreas da Educação Física, dos Desportos e da Recreação, visando ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos, na comunidade, nas instituições públicas e privadas.

Art. 3º - Renumerem-se os artigos subseqüentes.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1986.

Deputado JOÃO BASTOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI

Nº 4559/84, OFERECIDO PELO RELATOR

Inclua-se nas "Disposições Transitórias", logo após o art. 38, o presente artigo, renumerando-se os seguintes:

Art. 39 - Ficam assegurados os direitos previstos nesta Lei aos profissionais habilitados legalmente que, até a data de sua publicação, tenham comprovada e ininterruptamente exercido suas atividades, por prazo não inferior a cinco anos, uma vez ouvido o Conselho Federal dos Profissionais em Educação Física.

Parágrafo único - Os profissionais de que trata o presente artigo terão o prazo máximo de sete anos para obterem sua graduação em Escolas Superiores de Educação Física, reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1986.

DEPUTADO ALDO ARANTES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.559/84

"Dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Profissionais em Educação Física, Desportos e Recreação."

Autor: Deputado DARCY POZZA

Relator: Deputado MÁRCIO BRAGA

PARECER COMPLEMENTAR

Louvo as bem fundamentadas ponderações do ilustre colega Deputado João Bastos, que defende a necessidade do reconhecimento dos profissionais em Educação Física, bem como, da definição de suas competências.

Concordo, também, como o companheiro, Deputado Aldo Arantes, quando procura assegurar através de uma emenda, os professores de Educação Física, não diplomados, que vêm exercendo essa atividade ao longo dos anos, amparados por registros legais fornecidos pelo MEC.

Diante do exposto, adotamos a subemenda substitutiva contida no voto em separado do Deputado João Bastos, bem como a subemenda aditiva oferecida pelo Deputado Aldo Arantes.

Sala da Comissão em 03 de abril de 1986.

Deputado MÁRCIO BRAGA
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em sua reunião realizada em 03 de abril de 1986, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO, com SUBSTITUTIVO, do Projeto de Lei nº 4.559/84, do Sr. Darcy Pozza, que "Dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Profissionais em Educação Física, Desportos e Recreação", nos termos do parecer complementar do Relator, Deputado Marcio Braga. Os Deputados João Bastos e Aldo Arantes apresentaram votos em separados, favoráveis com subemendas.

Estiveram presentes os senhores Deputados João Bastos, Presidente; Jônathas Nunes, Vice-Presidente, Aldo Arantes, Marcio Braga, Francisco Dias, Tobias Alves, Celso Peçanha, Leorne Belém, Salvador Julianelli, Victor Faccioni, Eraldo Tinoco, Wilson Haese, Oly Fachin, Rômulo Galvão, Francisco Amaral e João Herculino.

Sala da Comissão, em 03 de abril de 1986.

Deputado JÔNATHAS NUNES
Vice-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA
Presidência

Deputado MARCIO BRAGA
Relator

TCHOUKBALL (ALVOBOL OU LANCEBOL)

JOHN C. ANDREWS
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO
BRITÂNICA DE TCHOUKBALL

HISTÓRICO

Surgiu em 1970, criado pelo suíço Dr. Hermann Brandt, uma modalidade semelhante ao Handebol, mas com características próprias, visando principalmente combater a violência que vem comprometendo seriamente o esporte e preocupando os educadores.

Para fortalecer esta linha norteadora, cabe destacar os seguintes princípios:

- combatividade sem agressividade;
- não dirigir o jogo contra alguém;
- deixar aquele que tem a bola jogar livremente;
- cumprir a regra que proíbe impedir de jogar.

Estes princípios alteram radicalmente a natureza das relações psicológicas existentes entre os jogadores. O próprio jogo faz apelo às noções táticas que deixam a cada um o sentimento de ter jogado "com amigos".

O Tchoukball pode ser desenvolvido como grande jogo no qual participam número variado de pessoas por equipe, bem como ser desenvolvido como um desporto.

O jogo pode ser praticado em apenas meia quadra, "ONE WAY TCHOUKBALL" com apenas um alvo, ou em toda quadra "TWO WAY TCHOUKBALL" com dois alvos.

Este jogo foi introduzido a primeira vez no Brasil no II Congresso Internacional da FIEP, na Foz do Iguaçu.

REGRAS SIMPLIFICADAS DE TCHOUKBALL

1) QUADRA

Pode ser jogado em quadra com piso idêntico ao praticado por outros esportes e ainda em terreno plano gramado ou não.

As medidas oficiais são de 30 a 40m de comprimento e de 15 e 20m de largura.

Sobre as linhas de fundo na sua parte central será colocada a Tabela Alvo, tendo à sua frente uma zona com 3 (três) metros de raio. Ver fig. 1.

2) BOLA

A bola deve ter de 56 a 60 cm de circunferência e de 400 a 475 gramas de peso.

Pode-se utilizar a bola de Handebol masculino ou do tamanho feminino de acordo com a clientela.

3) OS JOGADORES

Cada equipe é composta por 12 (doze) jogadores sendo 8 (nove) em campo e 3 (três) reservas.

Quando a atividade for desenvolvida como grande jogo as equipes podem ser mistas.

4) DURAÇÃO DO JOGO

O jogo tem a duração de três tempos de 15 minutos com 5 minutos de intervalo para adultos masculino e juvenil. Para mulheres adultas três tempos de 10 minutos.

Para jogadores criança, um tempo tem a duração de 7 minutos.

5) MANEJO DA BOLA

Movimentos permitidos:

- receber, passar e lançar a bola com uma ou duas mãos, com o punho, cabeça e tronco;

- de posse da bola dar no máximo três passos;

NOTAS: Ao receber a bola com os dois pés no solo é permitido dar mais um passo.

Ao receber a bola com um pé no solo é permitido dar mais dois passos; e

Quando receber a bola sem ter nenhum contato com o solo (no salto) pode dar mais três passos.

- cada jogador pode ficar de posse da bola por 3 (três) segundos;

- a bola pode ser passada de uma mão para outra, mesmo que perca o contato no momento da troca.

- o jogador pode jogar na posição ajoelhada ou deitada.

Faltas

Não é permitido:

a) driblar com a bola no ar ou no chão (Erro involuntário no domínio da bola não é considerada falta);

b) jogar a bola com os pés ou pernas;

c) fazer mais do que três passes;

d) Pisar fora das linhas do campo enquanto estiver de posse da bola;

e) Arremessar a bola intencionalmente num oponente;

f) deixar a bola cair após receber o passe;

g) interceptar um passe que pertence ao outro time;

h) pegar um rebote de um arremesso de seu próprio time;

i) atrapalhar (bloquear) um oponente de qualquer maneira enquanto este estiver de posse da bola (mesmo se ele estiver passando, arremessando, recebendo ou se movimentando com a bola).

Todas as faltas são penalizadas. Posse de bola é dado ao time que sofreu a falta.

Uma falta acidental será penalizada com um tiro-livre.

Uma falta proposital será anotada na súmula, e depois de uma terceira falta intencional o atleta será desqualificado.

Qualquer das faltas (5.2. "a" até "i") será penalizada por um tipo livre do local onde a mesma foi cometida. Terá que ser dado pelo menos um passe após a falta, antes que a bola seja arremessada a rede (alvo). (Tiro livre indireto).

6) ZONA PROIBIDA (ÁREA DE 3m)

Quando a bola arremessada toca a zona proibida, diretamente ou retornar da rede, determinará um ponto para equipe adversária.

Quando a bola arremessada não acerta o "Alvo" um ponto será concedido à equipe adversária.

7) CONTAGEM DOS PONTOS

Um ponto é obtido:

- pela equipe que está de posse da bola quando seu arremesso tocar o alvo e retornar para o campo de jogo, sem que o adversário segure a bola, antes da mesma tocar o solo;

- pela equipe adversária quando a bola arremessada toca o solo, dentro da zona proibida, antes ou depois da mesma tocar o alvo;
- pela equipe adversária quando a equipe de posse da bola erra o arremesso no alvo;
- pela equipe adversária quando a bola após ser arremessada por uma equipe toca o alvo e sai além dos limites do campo de jogo.
- pela equipe adversária quando o jogador arremessa a bola ao alvo e ao retornar, a mesma toca o próprio arremessador;

NOTA:

a) quando um jogador arremessa a bola e a mesma toca ou é interceptada por um companheiro de sua equipe o time é penalizado com tiro-livre, do lugar onde a falta ocorreu.

b) quando um jogador arremessa a bola ao alvo e a mesma é tocada ou interceptada na zona proibida por um membro da equipe adversária, será cobrado um tiro livre, no ponto mais próximo onde ocorreu a infração junto a área de 3 metros.

8) REINÍCIO DO JOGO

Depois de cada ponto o jogo reinicia próximo ao alvo, lançando a bola em direção ao campo oposto.

9) CONDUTA FRENTE AO ADVERSÁRIO

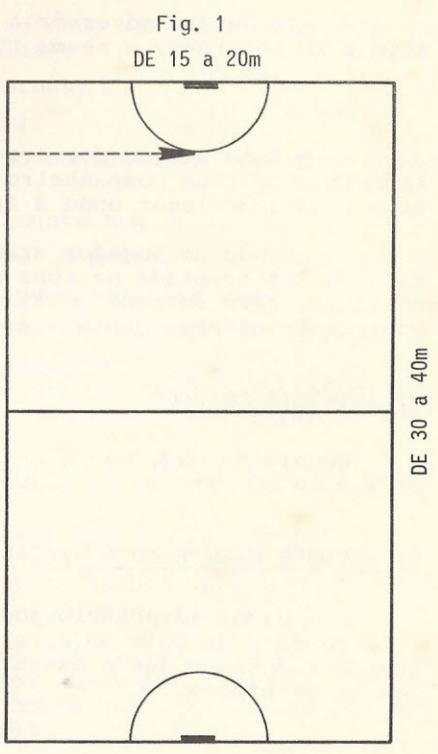
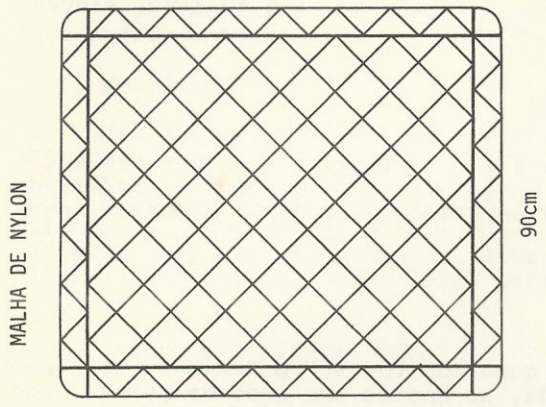
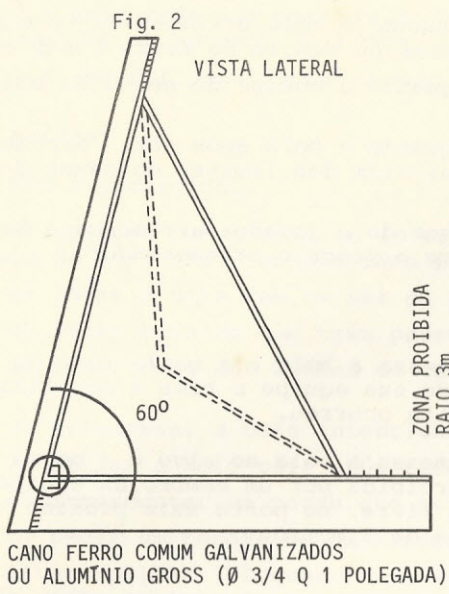
O jogador adversário pode jogar livremente no passe, recepção e lançamento da bola ao alvo. O Bloqueio com o corpo é permitido quando o jogador que o executa permanece parado sem mover as pernas ou os braços.

10) O ALVO

O alvo tem a forma de um quadrado com 90 cm de lado, de cano galvanizado de 1 (uma) polegada, no centro uma rede de nylon, com malhas de 4 cm, bem estendida. Em relação a base, o alvo formará um ângulo de 60º graus. (Fig. 2)

11) JOGO EM TODO CAMPO

Após três arremessos em um alvo o jogo continua com a troca de alvos. Quando há um tiro livre, recomeça de zero, a seqüência de arremessos ao alvo.



TRADUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES:

- JACINTHO FRANCISCO TARGA
- FRANCISCO CAMARGO NETTO
- JOSÉ PAULO GIACOMONI
- RICARDO PETERSEN

CORRELAÇÃO ENTRE RESISTÊNCIA DA MUSCULATURA ABDOMINAL,
CAPACIDADE VITAL E ELASTICIDADE TORÁCICA

Suzete Chiviacowsky

Academia Laís Hallal, Pelotas - RS

Paulo Roberto Barcellos de Mello

Universidade Federal de Pelotas - RS

Diversos autores como LAPIERRE (1982), KAPANDJI (1980) e LANGLADE (1975) dizem que uma tonicidade adequada da musculatura abdominal possibilita um melhor trabalho ao diafragma, conseqüentemente, uma melhor ventilação pulmonar. Se esta melhora existe no que se refere ao fluxo real de gás que entre e sai dos pulmões, ou seja, uma melhor ventilação pulmonar, pode-se supor que exista também uma melhor capacidade vital e elasticidade torácica, principais indicadores estáticos da capacidade funcional do sistema respiratório.

Segundo GUYTON (1981) a capacidade vital é a mudança total no volume pulmonar entre os dois extremos, esforço inspiratório máximo e esforço expiratório também máximo e pode ser medida pelo espirômetro.

DEKORNFELD (1976) define a elasticidade torácica com uma diferença entre uma inspiração profunda e uma expiração forçada e é verificada medindo-se o perímetro torácico xifoideano.

O principal músculo da respiração, segundo KAPANDJI (1980) é o diafragma, sendo que a sua função principal reside na inspiração.

O diafragma aumenta os três diâmetros do volume torácico durante a inspiração:

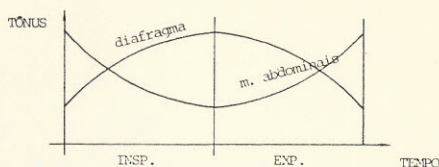
- vertical: pelo abaixamento do centro frênico;
- transversal: pela elevação das costelas inferiores;
- ântero-posterior: pela elevação das costelas superiores por intermédio do esterno.

A musculatura abdominal, segundo MELLO (1985) serve de apoio e auxílio ao diafragma durante o ato respiratório. Os oblíquos internos e externos e o reto do abdome auxiliam o diafragma durante a inspiração pela sua tonicidade, pois mantêm as vísceras abdominais no local adequado proporcionando assim ao diafragma o ponto de apoio ideal para a elevação das costelas. Durante a expiração, contrariamente ao diafragma, os músculos abdominais, como relata KAPANDJI (1980), diminuem o volume torácico nos seus três diâmetros:

- vertical: empurrando as vísceras, elevando o diafragma.
- transversal:
- ântero-posterior: abaixamento das costelas

A relação antagônica-sinérgica entre diafragma e músculos abdominais pode ser notada na figura abaixo:

Fig. 1 - Relação antagônica-sinérgica entre diafragma e músculos abdominais.



Fonte: KAPANDJI (1980, p. 151)

Cada um destes grupos musculares contrai-se de maneira permanente, mas seu tônus evolui de maneira inversa. Durante a inspiração, o estado de tensão do diafragma aumenta, enquanto que o tônus da musculatura abdominal diminui. Ao contrário, durante a expiração, o estado de tensão dos músculos abdominais aumenta, enquanto que o tônus do diafragma diminui. Existe, assim, entre esses dois grupos musculares um equilíbrio em movimento, permanentemente deslocado num sentido ou no outro.

FABRE (s.d. apud LAPIERRE, 1982) mostrou, através de exame ra dioscópico do diafragma, registrando os movimentos deste músculo em inspiração e expiração forçadas, que o índice diafragmático (distância separando os traçados em inspiração e expiração) é função da tonicidade abdominal.

Portanto o diafragma e a musculatura abdominal completam em ação e contração a amplitude da respiração pelo deslocamento das vísceras abdominais.

Comprovada, assim, esta relação, o estudo tem como objetivo verificar a correlação positiva entre as variáveis: resistência da musculatura abdominal, capacidade vital e elasticidade torácica em escolas da faixa etária de 11 a 14 anos, separados por sexo e idade do Instituto de Educação Assis Brasil (IEAB), Pelotas, RS.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho é uma pesquisa de correlação entre as variáveis:

- Resistência abdominal supra-umbilical (RASU)
- Resistência abdominal infra-umbilical (RAIU)
- Elasticidade torácica (ET)
- Capacidade vital (CV)

Obedecendo o seguinte modelo:

RASU - ET

RAIU - ET

RASU - CV

RAIU - CV

Os integrantes da população foram alunos do Instituto de Educação Assis Brasil (IEAB), Pelotas, RS. A amostra foi constituída aleatoriamente de 240 sujeitos de 11 a 14 anos, 120 do sexo feminino e 120 do masculino, separados por sexo e por idade.

Para medir a resistência da musculativa abdominal foram utilizados os seguintes testes:

a) Teste RASU: Teste de flexão do tronco sobre os membros inferiores que mede a resistência abdominal supra-umbilical (MELLO, 1985).

Posição inicial: decúbito dorsal, membros inferiores flexionados, pés apoiados no solo, o ângulo formado pelos joelhos deve ser menor que 90° , calcanhares mais ou menos 30 cm dos glúteos, membros superiores cruzados, mãos na altura dos membros.

Execução: flexionar o tronco e o quadril até os cotovelos tocarem os joelhos. Voltar à posição inicial.

b) Teste RAIU: Teste de flexão dos membros inferiores sobre o tronco, que mede a resistência abdominal infra-umbilical (MELLO, 1985).

Posição inicial: decúbito dorsal, membros inferiores flexionados, pés no solo, o ângulo formado pelos joelhos, menor que 90° , membros superiores ao lado do tronco, palmas das mãos para baixo.

Execução: flexionar o quadril e a coluna até os joelhos tocarem no peito. Voltar à posição inicial .

A duração dos testes foi de 1 minuto cada um. Só foram contados os movimentos corretos e não foi permitido descansar entre os movimentos.

A contagem foi feita pelos pesquisadores, aluno por aluno, dando-se um intervalo de recuperação entre os dois testes abdominais.

Foi feita a determinação do peso (P), estatura (E), pois essas variáveis poderiam interferir nos resultados.

Na medida da ET a fita métrica passou pelo ponto xifoideano e a leitura foi verificada, em centímetros, entre uma inspiração profunda e uma expiração forçada.

Para a medida da CV foi utilizado apenas um expirômetro, com escala em milímetros, aferido pelos pesquisadores através de teste e reteste.

O tratamento estatístico utilizado para a testagem das hipóteses envolveu as seguintes técnicas:

- tabulação dos dados;
- cálculo de médias;
- cálculo do desvio-padrão;

- determinação das correlações através da correlação linear de Pearson.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A variável P, em ambos os sexos, aumenta com a idade sendo as meninas mais pesadas que os meninos nas idades avaliadas (ver Tabela 1).

Quanto a variável E, nota-se que ela aumenta em ambos os sexos, com a idade. As meninas são mais altas que os meninos aos 11 anos, da mesma estatura aos 12 e mais baixas aos 13 e 14 anos (ver Tabela 1).

TABELA 1

Médias e desvios das variáveis peso e estatura dos sujeitos de 11 a 14 anos, de ambos os sexos

IDADE EM ANOS	SEXO	VARIÁVEIS			
		PESO		ESTATURA	
		M	F	M	F
11	\bar{X}	37,5	42,1	145	148
	s	6,8	7,7	6	6
12	\bar{X}	44,2	44,7	153	153
	s	10,6	12,1	7,5	7,5
13	\bar{X}	48,1	48,4	158,5	155
	s	11,9	7,1	10	7
14	\bar{X}	53,4	54,3	165	158,5
	s	9,9	11	0	5,5

Na Tabela 2 verifica-se quanto à variável resistência abdominal supra-umbilical (RASU), que as médias dos meninos aumenta até os 12 anos de idade, diminuindo nos 13 anos e mais ainda nos 14 anos, sendo aos 12 anos a média mais alta de todas as estudadas. Nas meninas as médias aumentam até os 13 anos (mais alta diminuindo no 14).

Quanto à variável resistência abdominal infra-umbilical (RAIU), constata-se que nos meninos as médias vão diminuindo com a idade, en-
contrando-se aos 11 anos a maior média. Nas meninas a média aumen-

TABELA 2

Médias e desvios das variáveis resistência abdominal supra-umbilical (RASU), resistência abdominal infra-umbilical (RAIU), elasticidade torácica (ET) e capacidade vital (CV) de todos os sujeitos

IDADE EM ANOS	SEXO	VARIÁVEIS							
		RASU		RAIU		ET		CV	
		repetições M	F	repetições M	F	centímetros M	F	mililitros M	F
11	\bar{X}	25	16	39,5	31,5	7	6,5	2250	1990
	s	8,5	7	11	10	2	1,5	450	300
12	\bar{X}	27	18,5	38,5	34	7,5	7	2550	2290
	s	6	6	9	8	2	1,5	610	520
13	\bar{X}	26,5	19	34,5	31,5	8,5	7,5	2860	2430
	s	8	5,5	8,5	6,5	1,5	1,5	660	430
14	\bar{X}	24	18	33	27,5	8	7,5	3210	2650
	s	6	4,5	9,5	7,5	1,5	1,7	700	450

menta aos 12 anos e diminui nos 13 a 14 anos, verificando-se a média mais alta aos 12 anos.

Ainda na Tabela 2 observa-se que, em ambos os sexos, a variável elasticidade torácica (ET) aumenta até os 13 anos, diminuindo nos 14, sendo aos 13 anos a maior média dos meninos e aos 13 e 14 (iguais) a maior das meninas.

Já a variável capacidade vital (CV) aumenta com a idade em ambos os sexos, observando-se a média dos meninos sempre maior, como nas variáveis anteriores, que das meninas.

Evidencia-se na Tabela 3 que a correlação entre RASU e ET foi significativa, $p < 0,05$, na idade de 11 anos. Entre as variáveis RAIU e ET houve significância, $p < 0,05$, também aos 11 anos de idade. Nas variáveis ET e CV encontrou-se correlação significativa, $p < 0,01$, também aos 11 anos. E, finalmente, entre as variáveis RASU e RAIU houve significância, $p < 0,05$, aos 12 anos e $p < 0,01$, aos 11 anos de idade.

Notou-se a influência da estatura e do peso (estado de obesidade) nas medidas da CV, pois esta aumentava na proporção das variáveis.

TABELA 3

Correlações entre as variáveis resistência abdominal supra-umbilical (RASU), resistência abdominal infra-umbilical (RAIU), elasticidade torácica (ET) e capacidade vital (CV) no sexo masculino.

VARIÁVEIS CORRELACIONADAS	IDADE EM ANOS			
	11	12	13	14
RASU - ET	0,380*	- 0,209	0,177	0,240
RASU - CV	0,328	0,053	0,034	- 0,086
RAIU - ET	0,414*	0,026	0,105	0,102
RAIU - CV	0,185	- 0,012	- 0,029	- 0,005
ET - CV	0,679**	- 0,050	0,330	0,053
RASU - RAIU	0,712**	0,463*	0,354	0,305

* $p < 0,05$

** $p < 0,01$

Contrariamente quanto maior o estado de obesidade menores a ET, RASU e RAIU.

Na Tabela 4 verifica-se a existência de correlação significativa, $p < 0,05$, na idade de 13 anos e 14 anos, respectivamente entre as variáveis RAIU e CV e ET e CV. Quanto às variáveis RASU e RAIU, observou-se correlação significativa, $p < 0,01$, nas idades de 11 e 12 anos.

TABELA 4

Correlações entre as variáveis resistência abdominal supra-umbilical (RASU), resistência abdominal infra-umbilical (RAIU), elasticidade torácica (ET) e capacidade vital (CV) no sexo feminino.

VARIÁVEIS CORRELACIONADAS	IDADE EM ANOS			
	11	12	13	14
RASU - ET	0,099	0,249	0,060	0,100
RASU - CV	0,163	0,224	0,153	0,286
RAIU - ET	0,217	0,028	- 0,301	- 0,006
RAIU - CV	0,105	0,351	- 0,424*	- 0,019
ET - CV	0,269	0,295	0,222	0,409*
RASU - RAIU	0,761**	0,512**	0,339	0,158

* $p < 0,05$

** $p < 0,01$

Observou-se igualmente a influência da estatura e do peso pelo aumento das medidas da CV, e diminuição das medidas de ET, RASU e RAIU.

A influência dessas variáveis modificou de maneira notável os resultados das correlações.

COMENTÁRIOS FINAIS

Constatou-se que, no sexo masculino, ocorreu correlação significativa apenas aos 11 anos de idade e entre as variáveis resistência abdominal supra-umbilical e elasticidade torácica. No sexo feminino a correlação foi significativa apenas aos 13 anos de idade e entre as variáveis resistência abdominal infra-umbilical e capacidade vital.

Em todas as variáveis estudadas, as médias dos meninos foram superiores às das meninas, em todas as idades.

Supõe-se que a variável capacidade vital sofre influência das variáveis peso e altura. Quanto maior a altura e maior o estado de obesidade, maior capacidade vital.

Com a elasticidade torácica notou-se um efeito contrário, quanto à obesidade. Quanto mais obeso, menor a elasticidade torácica.

Supõe-se também, que a resistência abdominal sofre influência da variável obesidade. Quanto mais obesos, menor a resistência abdominal.

Pelos resultados conclui-se que não houve correlação significativas entre as variáveis estudadas.

Sugere-se que o estudo seja repetido tentando eliminar as influências das variáveis peso e estatura, e que sejam utilizados testes abdominais que meçam a resistência muscular estática, para que se obtenham resultados mais verdadeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - BRANDIS, Hans Joachim von. *Anatomia e fisiologia para profissionais da equipe de saúde*. Volume 2. São Paulo, E. P. U., 1977.
- 2 - CARVALHO, Mercedes. *Fisioterapia Respiratória*. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1971.
- 3 - DANIELS, Lucille e WORTHINGHAM, Catherine. *Provas de Função Muscular*. 4 ed., Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.

- 4 - DEKORNFELD, Thomas I. *Perguntas e Respostas Terapêutica Respiratória*. 2 ed., São Paulo, Monde, 1976 V. 1.
- 5 - DUARTE, Carlos Roberto et alli. *Testes em ciência do esporte*. 2 ed., São Paulo, Gráficos Burti, 1983.
- 6 - GUYTON, Arthur C. *Fisiologia Humana*. 5 ed., Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.
- 7 - KAPANDJI, *Fisiologia Articular*. Volume 3. São Paulo, Manole, 1980.
- 8 - LANGLADE, Alberto. *Gimnasia especial correctiva*. 2 ed., Buenos Aires, Stadium, 1975.
- 9 - LAPIERRE, A. *A Reeducação Física*. 6 ed., São Paulo, Manole, 1982, V. 1 e 2.
- 10 - MELLO, Paulo Roberto Barcellos de. *Teoria e prática dos exercícios abdominais*. São Paulo, Manole, 1985.
- 11 - NUNES, Volmar Geraldo da Silva. Estudo descritivo de medidas antropométricas e pulmonares de escolares de 11 a 14 anos. Pelotas, 1983.
- 12 - WINTON & LIPPOLD. *Fisiologia Humana*. Rio de Janeiro, Cultura Médica, 1970.

INTRODUÇÃO

A velocidade é uma qualidade física de grande importância na maioria dos esportes. Popularmente, diz-se que a velocidade é a capacidade de realizar um movimento no menor espaço de tempo. Segundo Fauconnier, "é a qualidade particular dos músculos e das coordenações neuromusculares, permitindo a execução de uma sucessão rápida de gestos, que em seu encadeamento constituem uma só e mesma ação, de uma intensidade máxima e de uma duração breve ou muito breve".

DIAZ e HARTMAN (1977), alertaram que a base fisiológica da velocidade de reação é a coordenação entre as contrações e as atividades das funções vegetativas criadoras dos reflexos condicionados. Relacionaram a capacidade do atleta possuir velocidade com a predominância das chamadas fibras de contração rápida em seu organismo. Assim sendo, visando altos resultados em trabalhos com velocistas, de necessária velocidade de reação torna-se imprescindível a busca inicial de talentos específicos para as provas rápidas, já que os programas de preparação a serem desenvolvidos não terão condições de modificar substancialmente as predisposições naturais contrárias de atletas selecionados inadequadamente. O grau de velocidade dos membros, estará sempre relacionado à agilidade do sistema neuromuscular, à dinâmica dos processos nervosos, à coordenação dos movimentos e à composição dos músculos envolvidos nos atos motores.

Conforme HILL, o fator comum entre todos os tipos de velocidade é a "velocidade de base": a máxima capacidade de deslocamento na unidade de tempo sem perdas aparentes de energia, somente alcançada numa distância de aproximadamente 60 metros, entrando acima dessa distância o fator resistência de velocidade, ou velocidade prolongada.

A velocidade depende da perfeita integração do sistema neuromuscular. A velocidade de base são os fatores herdados pela característica velocidade, portanto um indivíduo nasce com velocidade ou nasce sem velocidade, mas nunca se nasce velocista.

Além de ser a velocidade uma variável indicadora da aptidão física geral, torna-se também importante na revelação de talentos para uma prática competitiva posterior, para avaliar efeitos de treinamento ou analisar ainda se o escolar está com resultados que corresponde à sua idade, segundo DUARTE, do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, São Paulo.

Em função de não ter sido encontrado na bibliografia-pesquisa da uma relação das variáveis VELOCIDADE/NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO, pa

tiu-se do pressuposto que ocorreriam influências na obtenção do resultado final, proveniente de uma melhor qualidade de vida, envolvendo nutrição, idade, espaço físico e vivência de movimento, em melhores condições sócio-econômicas.

MATERIAL E MÉTODO

Foram utilizados na presente pesquisa dois grupos de alunos, em amostras independentes, formados por duas escolas de Londrina. A primeira, a Escola Nilo Peçanha, pertencente à rede estadual de ensino, situada na periferia da cidade, constituída de alunos isentos da taxa de matrícula, em função da família não atingir 2 (dois) salários mínimos, conforme determinação da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná. A segunda, constituída do Colégio Positivo de Londrina, escola particular, de nível sócio-econômico mais elevado, sendo apontado como o mais alto das escolas da cidade, bem como da região de Londrina.

Ambos os grupos realizavam sessões normais de Educação Física, 3 (três vezes por semana, 50 (cinquenta minutos).

Os grupos foram formados aleatoriamente, separados por idade de 11, 12, 13 e 14 anos, constituindo as turmas de 5ª a 8ª série do 1º grau, com 30 alunos por idade e escola, totalizando 240 (duzentos e quarenta) alunos envolvidos no presente estudo.

Foram tomadas de cada grupo medidas de peso e altura, e para auferir a velocidade, utilizado o Teste de Corrida de 50 m em virtude de sua simplicidade, boa reprodutibilidade e objetividade, além do baixo custo operacional. Esse teste mede também de maneira indireta a potência anaeróbica-alática, pois o pico máximo do metabolismo ATP-CP é alcançado aos 10 segundos de atividade física, e é em torno desse tempo que percorremos os 50 metros.

As medidas de peso e altura foram realizadas numa balança Filizola, com toesa; o tempo do Teste de Corrida de 50 m, num cronômetro de Marca Seiko, 20 dígitos, com precisão centesimal. As medidas foram tomadas no período matutino, pelo mesmo avaliador, sendo os alunos orientados com relação ao Teste conforme instruções de Duarte, C. R., em Medidas de Velocidade, no livro "Testes em Ciências do Esporte", do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul.

A intenção do trabalho foi a de comparar a velocidade desses escolares por faixa etária, a fim de verificar se existiam diferenças significativas entre os dois grupos, compostos de níveis sócio-econômicos diferentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de variância dos dados foi encontrado um $F = 8,1641$, o que demonstra haverem diferenças entre os escolares das diferentes faixas etárias e níveis sócio-econômicos.

TABELA 1

Comparação entre escolas de diferentes níveis sócio-econômicos no Teste de Corrida 50 metros

IDADE:	ESCOLA								F
	POSITIVO				NILO PEÇANHA				
	11	12	13	14	11	12	13	14	
50m	9,08	9,00	8,51	8,24	8,91	8,45	8,22	8,16	8,1641
			0.01				0.01		
				0.01				0.01	
				0.05					

Na escola de melhor poder aquisitivo, o Teste de Corrida dos 50 m apresentou diferença significativa de 11 para 13 e 14 anos; e de 12 para 14 anos, a nível de 0.01.

Na escola de menor poder sócio-econômico, ocorreram diferenças significativas de 11 para 13 e 14 anos, a nível de 0.01.

Entre as escolas, ocorreu uma diferença à nível de 0.05, apenas na faixa de 12 anos de idade.

Os resultados evidenciaram que não existe diferença significativa entre grupos de escolares nessa faixa etária, em função de seu nível sócio-econômico, apesar da escola de menor poder aquisitivo ter apresentado valores médios superiores nos resultados do teste. Supõe-se que isso possa ter ocorrido em função desse grupo possuir uma vivência maior de movimento, dispendendo um tempo maior que o primeiro em atividades físicas, possuindo também maior espaço físico, que facilitaria esse desenvolvimento, interferindo no resultado comparativo.

CONCLUSÃO

Em função de ocorrer diferença significativa apenas na faixa de 12 anos de idade, a nível de 0.05, conclui-se que a variável nível sócio-econômico não se apresenta como um ponto de referência de grande eficácia para distinguir os dois grupos em termos de velocidade.

Recomenda-se futuros estudos com escolares da mesma faixa etária, de outras regiões do País, envolvendo também o sexo feminino, visto serem utilizados na presente pesquisa apenas escolares do sexo masculino.

Recomenda-se futuros estudos controlando variáveis como: hereditariedade, treinamento e vivência de movimento, a fim de se demonstrar até que ponto isso pode influir nos resultados de uma melhor performance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) BARBANTI, V.S. - *Teoria e Prática do Treinamento Desportivo*. Editora Edgar Blucher Ltda, São Paulo, 1979.
- 2) TUBINO, M.J.G. - *Metodologia Científica do Treinamento Desportivo*, Ibrasa, São Paulo, 1979.
- 3) MATSUDO, V.K.R. e CELAFISCS - *Testes em Ciências do Esporte*, Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, Ed. Gráficos Burti, São Paulo, 1983.
- 4) MCNAB, T. - *Atletismo: Provas de Velocidade, Meio Fundo e Fundo*. Publicações Talus, Porto, Portugal, 1979.
- 5) MATHEWS, D. K. - *Medida e Avaliação em Educação Física*, Editora Interamericana, Rio de Janeiro, 1980.
- 6) OLIVEIRA, A. R. - *Avaliação da Aptidão Física Geral em Praticando e Não praticantes de Basquetebol*, artigo dos Anais do XI Simpósio de Ciências do Esporte, por ocasião do IX Campeonato Mundial de Basquetebol, São Paulo, 1983.
- 7) SOARES, J. M. SESSA e A.M.S.P. TARAPANOFF - *Comparação da Força Explosiva de Membros inferiores entre Esportistas e Não esportistas*, trabalho apresentado no VI Simpósio de Ciências do Esporte, São Caetano do Sul, São Paulo, 1978. Cader no Artus de Medicina Esportiva Ano 3, Número 7, 1980.
- 8) FETZ F. e E. KORNEXL - *Tests deportivo Motores* - Editorial Kapelusz, Buenos Aires, Argentina, 1976.
- 9) KOCH, K. CARRERA, *Salto y Lanzamiento en la Escuela Elemental* Editorial Kapelusz, Buenos Aires, Argentina, 1976.
- 10) OLIVEIRA, F. P. - *CORRIDA: Mecânica e Fontes de Energia*, trabalho publicado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, do Ministério da Educação e Cultura, Ano 11, nº 52, abr/1983.
- 11) CHANON, R. - *Controle do Treinamento*, artigo da Revista Esporte e Educação, Ano V, nº 33, mar/abr. 1974, São Paulo.
- 12) SILVA, M. C. - *Atletismo, Corridas de velocidade*, Apostilas de Educação Física e Desportos nº 01, da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte do Estado do Paraná, Curitiba, 1981.

- 13) ARANDA, N.A.S. - *A influência do ar nas Atividades de Corridas*. Cópia cedida pela Biblioteca Central do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio - SESC, Rio de Janeiro, 1984.
- 14) CADERNO TÉCNICO DIDÁTICO - *Atletismo*, do Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1984.
- 15) REVISTA VITAL - Artigo *As Crianças Esportistas*, Fev./Mar. 1984, nº 16, Pág. 23, Sociedade Editorial Seqüência, São Paulo, 1984.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo averiguar a possível correlação existente entre crianças que apresentam paratonia e a dificuldade na escrita, através da comparação dos dados coletados no questionário, proporcionando maiores informações e alerta sobre este problema, buscando às possíveis soluções.

Sendo a primeira série do primeiro grau onde se inicia o aprendizado da escrita e conseqüentemente as primeiras dificuldades na escrita aparecem, resolvi trabalhar com estas crianças nesta pesquisa, fazendo o seguinte questionamento: A paratonia terá influência na dificuldade da escrita?

Fazendo uma revisão na literatura nota-se ser escasso o material sobre o tema proposto, onde os autores fazem abordagem sobre paratonia ou dificuldade na escrita mas poucos relacionam ambos.

2. PARATONIA

Ajuriaguerra atribui a Dupré em 1911 a proposta da palavra paratonia. Segundo Dupré a manifestação paratônica se dá quando é impossível relaxar voluntariamente um músculo.

A paratonia não está sempre presente nas crianças débeis ou inadaptaadas, podendo apresentar-se em crianças normais, no que De-fontaine (9) e Piçq e Vayer (17) concordam com esta colocação.

Esta rigidez pode aparecer nas quatro extremidades ou somente em duas no que Soubiram e Mazo (22) citam como dado importante no exame psicomotor da criança.

Fica evidente que se a criança possui uma rigidez a nível dos membros superiores, também, deverá apresentar dificuldades de dissociar a mão do braço trazendo prejuízos à escrita.

A educação da mão, enfatiza Vayer (25), vem preparada por toda educação piscomotriz, especialmente, pelos exercícios de relaxação segmentária, completando-se de uma maneira progressiva com os exercícios de independência dos dedos, de controle da pressão de preensão, coordenação, precisão etc, interados às situações globais. A utilização dos instrumentos para a escrita estão estritamente associados à educação do braço e da mão.

3. DISGRAFIA:

Vale ressaltar que para este estudo considerou-se dificuldade na escrita, as crianças com problemas da disgrafias.

A disgrafia é um distúrbio da escrita por dificuldades na codificação e ou execução motora dos símbolos gráficos.

Moojen apud Kiguel (13) cita que a disgrafia na maioria dos casos é parte do transtorno motores mais amplos, e de dificuldades tônico musculares. Na criança disgráfica e que apresenta paratonia, encontra-se uma escrita irregular, angulosa disrítimica e uma forte preensão e pressão de lápis.

De acordo com Soubiram e Mazo (22), as disgrafias se vinculam ao problema motor geral, paratonia, sincinesias, que produzem torpeza tendência à fadiga câimbra.

Para Grünspun (10) a disgrafia resulta da incapacidade de serem exteriorizados do sistema nervoso para fora os atos motores para a escrita.

Autores como Soubiram e Mazo (22), Novaes (15), Picq e Vayer (17) Defontaine e Vayer propõem como tratamento para os casos de disgrafias, sendo qual for a idade da criança, o relaxamento, pois obtêm os melhores resultados, com exercícios de desinibição tônica e de segmentação do movimento da escrita.

"Quando as reações paratônicas são acompanhadas uma atitude de defesa tônica e de inibição, tendo sido parte desde a infância, da maneira de ser frente ao outro, os gestos ficam perturbados desde a origem, em todas as aprendizagens.

Na escrita, bem como na motricidades geral, estes gestos se vêm contrariados de modo permanente, paralisados, mas pesados por causa da rigidez e mal controlados". (Ajuriaguera (1)).

A criança paratônica portanto, para escrever ou para realizar outro ato motor, luta contra esta rigidez, dificultando a livre movimentação.

4. METODOLOGIA

Foram realizados testes com as três primeiras séries da tarde da Escola de 1º Grau S. Luis, Porto Alegre, para detectar a paratonia.

O teste utilizado foi o proposto por Ajuriaguera e Diatkine apud Grünspun (10), manobra do braço caído.

A partir de constatações teóricas que relacionam causa e efeito, realizou-se uma comparação entre 20 alunos divididos em dois grupos, sendo que 10 paratônicos e 10 não paratônicos.

Foi elaborado um questionário onde as questões formuladas eram quanto ao tônus muscular e quanto ao grafismo.

A observação quanto ao tônus foi feita durante o transcurso do tempo que a professora esteve em contato com os alunos. Quanto ao grafismo foi solicitado as crianças que escrevessem em uma fo-

lha de papel seu nome e uma curta frase, segundo determina Bucher (5).

O questionário utilizado constava de 10 questões fechadas, em que se solicitou:

Quanto ao tónus muscular:

- a) Mã Postura: se ao ficar sentado não mantiver a postura correta ou deitar sobre a classe.
- b) Ato preensor: preensão de lápis muito forte ou muito fraca sobre o papel.
- c) Fadiga lenta: se ao longo da aula cansar gradativamente.
- d) Rigidez: se ao realizar uma tarefa a fizer tornando rígida a musculatura em ação.
- e) Arrasta os pés: movimenta-se arrastando os pés.

Quanto ao grafismo:

Questão em que se anotou:

- a) A mão utilizada: pedir-se-á a criança que escreva seu nome e uma frase qualquer.
- b) A soltura: facilidade para a escrita.
- c) A rapidez.
- d) Qualidade do grafismo: letra legível, ilegível, irregular.
- e) Recusa-se a escrever.

O desing do presente estudo, sendo uma comparação entre dois grupos paratônicos e não paratônicos, é considerado "quase experimental", conforme descreve Stanley.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após revisão literária para este estudo, foram levantadas 2hi p^oteses, buscando verificar a paratonia tinha relação com a dificuldade na escrita. Dando o suporte teórico correlação entre causa e efeito, todo o estudo foi dirigido para o objetivo de averiguar se esta correlação era comprovada, também, em termos práticos.

A comparação não apresentou significância nos resultados analisados através do teste chi-quadrado (X^2) descrito por Rodrigues (20).

Desta forma nenhuma das hipóteses levantadas obteve comprovação empírica, o que contradiz os achados e afirmações de Vayer (1977), Defontaine (1978), Ceste (1979), Soubiram e Mazo (1980) dentre outros.

A não confirmação das hipóteses deve-se, provavelmente aos seguintes fatores intervenientes:

a) Número reduzido de sujeitos. Como o estudo foi restrito a um pequeno grupo de crianças, fica dificultada a comprovação do problema, sendo sugerido o aumento da amostra.

b) Tipo de questionário proposto. As questões deveriam ser mais específicas, com respostas sem dupla interpretação, como no da questão nº 4, da distribuição quanto à grafia.

Deve-se salientar, ainda, a falta de estudos específicos sobre o tema propostamente trabalhado, dificultando a realização desta pesquisa.

6. CONCLUSÃO

Finda análise e discussão dos resultados, conclui-se que:

1) A mão utilizada para escrever não é fator que apresenta diferença entre paratônicos e não paratônicos.

2) A soltura e a rapidez ao escrever são fatores que apresentaram maior probabilidade de mostrar diferença entre os dois grupos testados, bem como a fadiga no transcurso da aula.

Devido a não confirmação das hipóteses testadas, recomenda-se aumentar o número de sujeitos da amostra, bem como tornar o questionário mais incisivo quanto a suas respostas.

Com este trabalho tentou-se contribuir dentro da pesquisa em Educação Física, para que estes e outros assuntos relacionados com ensino-aprendizagem, venham a se tornar cada vez mais estudados, ampliando nosso conhecimento e provando que nesta área do pré escolar à quarta série pode ser feito muito mais em Educação Física como contribuição e auxílio aos professores ditos de sala de aula.

A partir de comprovações científicas poderemos adquirir confiabilidade e maior respeito pelo nosso trabalho perante o sistema educacional, provando, desta forma, que a Educação Física é fator importante no auxílio ao desenvolvimento global do educando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AJURIAGUERRA, J. de *La Escritura del Niño*. Barcelona, Laia, 1977. *Manual de Psiquiatria Infantil*. Barcelona, Toray Masson S. A., 1975.
- 2 - BAGATINI, Vilson. *Psicomotricidade*. Porto Alegre, s. Ed., 1980.
- 3 - BUCHER, H. *Transtornos Psicomotores en el Niño*. Barcelona, Toray Masson S. A., 1978.
- 4 - CONSTALLAT, Dalila Molina. *Psicomotricidade*. Porto Alegre, Globo, 1981.

- 5 - COSTE, Jean Claude. *Las 50 Palabras Chaves de la Psicomotricidad*. Barcelona. Médica Y Técnica, 1979.
- 6 - GRÜNSPUN, Haim, *Distúrbios Neuróticos da Criança*. Rio de Janeiro, Atheneu, 1966.
- 7 - GUILLMAIN, E. et G. *L'Activité Psycho-Motrice de L'enfant, Iny -Les Moulíneause, Scientifiques et Psychologiques*, 1978.
- 8 - KIGUEL, Sônia M.M. *Avaliação de Sintomas das Dificuldades de Aprendizagem em Crianças de 1ª, 2ª e 3ª séries do 1º Grau de Quatro Classes Sócio Econômicas*. Dissertação de Mestra do em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1976.
- 9 - NOVAES, Maria H. *Psicologia do Ensino-Aprendizagem*. São Paulo, Atlas 1977.
- 10 - _____ . *Psicologia Escolar*. Rio de Janeiro, Vozes, 1970
- 11 - PUIG, Emilia A. *Primeiros Trazos*. Madrid, "Pablo López", 1979.
- 12 - QUIRÓS, Júlio B e DELIA CELIA, Matilde. *A La Dislexia en la Niñez*. Buenos Ayres, Paidós, 1974.
- 13 - ROMERO, Elaine. *Efeitos de um Programa de Atividades Físicas no Rendimento Escolar de Crianças que Apresentam ou não Problemas de Lateralidade Cruzada*. Dissertação de Mestrado em Educação, Porto Alegre, 1983.
- 14 - TASSET, Jean Marie. *Teoria Y Prática de la Psicomotricidad*. Buenos Ayres, Paidós, 1980.
- 15 - VAYER, Pierre, *El Diálogo Corporal*, Barcelona, Científico e Médica, 1973.

PROJETO: Preparação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento da ginástica Escolar.

"BRASIL, GINÁSTICA URGENTE!"

INTRODUÇÃO

A SEED/MEC através do Documento "Subsídios para o 1º PND/NR", diz em determinado trecho: ... "assim sendo, a política de atividades físicas, fixada para o período 86/89, será orientada no sentido do rompimento com a tradição histórica de ênfase nos objetivos do esporte seletivo de alto rendimento, concentrando os esforços políticos e materiais em estratégias que assegurem amplos benefícios e participação de cada cidadão, independente de seu talento ... e mais adiante: ... "Por sua importância e alcance social, as atividades físicas na escola deverão ser orientadas basicamente às ações que contribuam com eficácia para a formação do homem e do cidadão brasileiro, dentro da perspectiva de uma educação integral e permanente.

A promoção desse ideal, entretanto, não pode restringir-se aos termos do discurso e a sua simples aceitação racional. Toma-se indispensável um grande esforço contínuo, que assegure um razoável conjunto de resultados práticos", Tendo como base essa filosofia, reuniu-se em Brasília um grupo de professores de GA e G.R.D. que elaborou o ante projeto "Brasil! Ginástica Urgente!"

Esse ante-projeto objetivava levar os fundamentos dos dois esportes às escolas a fim de desenvolver as qualidades físicas do educando através das aulas de Educação Física.

Repensou-se sobre o assunto e decidiu-se pela mudança da temática inicial. E surgiu, um novo "Brasil, Ginástica Urgente!...", que pretende oportunizar a prática de múltiplas experiências psicomotoras necessárias à formação integral do indivíduo, favorecendo a manutenção básica da saúde, respeitadas as peculiaridades e de cada região.

JUSTIFICATIVA

O esforço principal do Ministério da Educação estará situado no nível do 1º Grau de ensino, com ênfase nas quatro primeiras séries.

A Educação Física Escolar sempre foi determinada como obrigatoriedade legal, mas nem sempre expressamente cumprida dentro do seu aspecto de formação integral.

Justifica-se, portanto este projeto, tendo em vista as atividades da educação física bem orientadas e centrados nas potencialidades do aluno, agentes de transformações na busca de uma integração e desenvolvimento totais do ser em formação.

A ginástica preconizada como um dos meios educativos da Educação Física, é uma das formas melhor elaboradas de movimento e deverá ser considerada a base para a melhoria da aquisição e manutenção da saúde.

Buscaremos o desenvolvimento das capacidades psicomotoras, neuromusculares, biológicas e sociais da criança.

OBJETIVOS GERAIS

1) Viabilizar estratégias que assegurem a participação de parcela expressiva da clientela em questão, nas atividades gímnicas.

2) Sensibilizar o meio educacional e a sociedade em geral acerca da importância da ginástica no desenvolvimento integral do indivíduo.

3) Potencializar os recursos humanos existentes, buscando uma ação mais efetiva em sua área de atuação.

4) Oportunizar debate acerca dos programas da área de Ginástica Escolar.

5) Colaborar no equacionamento e na proposição de soluções aos problemas da Educação Física no 1º Grau.

COORDENAÇÃO

A coordenação do projeto estará a cargo dos agentes de ligação nos Estados, junto às instituições que receberam os recursos financeiros.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

- Secretarias de Educação, Municipais e Estaduais.
- APEFs.
- Universidades, Escolas de Educação Física.
- Coordenadorias de Educação Física.
- APAEs.
- FUNABEM e FEBEM.

METAS

Considerando-se uma clientela estimada em mais de 5.000 (cinco mil) professores nesta 1ª fase, atendendo 14 UF, objetiva-se:

- suprir a necessidade de recursos humanos para por esta área.
- promover conhecimento mais eficaz das disciplinas de psicomotricidade, psicopedagogia e ginástica.

METODOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas através de aulas teórico-práticas, palestras educativas, seminários, apresentação de palestras através de video K7.

FASES DE EXECUÇÃO

1ª ETAPA

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

A) Sensibilização dos Órgãos Oficiais e conscientização dos profissionais de Educação Física, através de reuniões, palestras, utilização de material de divulgação.

B) Identificação e articulação com professores interessados na participação do projeto.

C) Realização dos cursos de formação de agentes:

- Vistoriar condições locais para desenvolvimento dos cursos.
- Número de vagas.
- Coordenação/montagem da Secretaria.

o Hospedagem, alimentação e transporte, do corpo discente (con^{ta} própria).

- Definição dos conteúdos a serem ministrados.
- Certificados.
- Duração do curso (mínimo de 30 horas).

2ª ETAPA

FASE DE EXECUÇÃO:

A) Elaboração do Plano de Unidade de cada multiplicador no con^{te}xto escolar.

- B) Desenvolvimento prático do conteúdo programático.
- C) Supervisão e orientação das ações encadeadas.

CONTROLE E AVALIAÇÃO:

- 1) Avaliação dos Cursos
 - formulários respondidos pelos cursistas
 - relatórios dos cursos
- 2) Avaliação dos multiplicadores
 - relatórios mensais dos agentes estaduais.
- 3) Avaliação anual com os agentes multiplicadores

ATRIBUIÇÕES DE FUNÇÕES DA EQUIPE DE TRABALHO

AGENTES:

- A) Elaboração do Projeto.
- B) Divulgação do projeto (sensibilização).
- C) Acompanhamento dos cursos.
- D) Avaliação do projeto (relatório).
- E) Elaboração do conteúdo programático.
- F) Manter comunicação permanente com a coordenação.

MULTIPLICADORES:

- A) Atualizar-se através de cursos realizados.
- B) Sensibilizar e conscientizar a direção do seu estabelecimento e o corpo docente geral do valor do projeto.
- C) Planejar as atividades do seu estabelecimento tendo em vista um programa básico.
- D) Ministrare os conhecimentos adquiridos.
- E) Proceder às avaliações semestrais através de pré e pós-teste.
- F) Manter comunicação com os agentes estaduais (relatórios).
- G) Zelar pelo material cedido.
- H) Ampliar na medida do possível o seu campo de ação.

SUGESTÕES:

1) Inclusão da ginástica no planejamento curricular escolar.

Estados envolvidos nesta 1ª fase:

- RS - SC - PR - SP - ES - MG - RJ - DF - MS - PA - PE - AM - AL - PB.

CURSO PARA O PROJETO

"BRASIL, GINÁSTICA URGENTE!"

OBJETIVO GERAL:

Levar noções básicas ao professor para que ele conscientizado da necessidade das atividades físicas nas quatro primeiras séries do 1º grau, programe atividades que visem desenvolver ao máximo os domínios psicomotor, cognitivo, afetivo e social do educando, respeitadas as individualidades biológicas e as peculiaridades regionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) Levar ao professor processos psicopedagógicos básicos da ginástica escolar.

b) Levar ao professor sugestões de atividades rítmicas que busquem desenvolver a acuidade auditiva do educando.

c) Procurar desenvolver no professor a conscientização da necessidade de estimular no educando o gosto pelas atividades físicas e levá-lo reconhecer o seu valor para aquisição da saúde física e mental tornando-o o homem sadio de amanhã.

CURSOS E NOTAS

A Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora realizará nos dias 16, 17, 18 e 19 de julho de 1986, o III Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, em Porto Alegre, o qual terá como tema "Psicomotricidade: seu objeto, seu espaço e seu tempo".

Serão abordados pontos relativos à educação, reeducação e terapia psicomotora através de conferências, painéis, palestras, cursos e vivências

Já foram convidados:

Lapierre e Françoise Desabeau (França)

Vitor da Fonseca (Portugal)

Débora Ortiz (Argentina)

Regina Horizot, Beatriz Saboia e Suzana Veloso Cabral (Brasil).

Maiores informações pelos telefones:

(0512) 31-1557 → sede da SBTP

(0512) 24-2650 → com Glória, Marylena ou Marisa.

CURSO DE FÉRIAS UBATUBA

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS - APEF-RS

DATA: 13 à 19/07 e 20 à 29/07/86.

"HOTEL E LAVANDERIA LESSINI"

"No Hotel LESSINI" apartamento confortáveis TV a cores som ambiental telefone e garagens.

"Na Lavanderia LESSINI" suas roupas são lavadas a água ou a seco com um carinho todo especial.

Hotel e Lavanderia LESSINI aberto o ano todo para melhor servi-lo.

" A G R A D E C I M E N T O "

Hotel e Lavanderia LESSINI, agradece a preferência dos Congressistas do 1º Congresso Brasileiro de Professores de Educação Física em Tramandaí.

Ao mesmo tempo espera continuar contando com sua presença em todos os eventos que a APEF realizar em Tramandaí.

CARLOS NUNES COLOMBO
Diretor

A APEF - RS

ESTÁ DE

SEDE NOVA

A ASSOCIAÇÃO ADQUIRIU UMA

SALA NO EDIFÍCIO COLIZEU.

PARABÉNS!

COMPANHEIRO!

DIVULGA TUA ASSOCIAÇÃO
JUNTO AOS TEUS COLEGAS.

ELA PRECISA DE TI.
FORTALECE TUA ENTIDADE
TRAZENDO MAIS UM COMPANHEIRO
PARA ASSOCIAR-SE.

AUTORIZA O DESCONTO EM FOLHA.

APEF ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL

NOME: _____

FILIAÇÃO: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ LOCAL DO NASC.: _____

DOC. DE IDENTIDADE: _____

ENDEREÇO PARTICULAR: _____

FONE: _____ CIDADE: _____ CEP: _____ ESTADO: _____

ESCOLA QUE CURSOU: _____ ANO: _____

LICENCIATURA PLENA OU CURTA: _____ REG. DO MEC. Nº _____

ESCOLA QUE LECIONA: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____ CIDADE: _____ CEP: _____ ESTADO: _____

_____ DE _____ DE 19 _____

Envie 1 Foto 3x4
para sua carteira

ASSINATURA DO PROPOSTO

Eu, Professor _____, com matrícula no Tesouro do Estado nº _____ pelo presente TERMO DE COMPROMISSO autorizo o desconto em folha da importância referente a mensalidade da (APEF) Associação dos Profissionais de Ed. Física do R.G.S.

_____ DE _____ DE 19 _____

Assinatura do Compromissário

Sócio nº _____

A REVISTA DA APEF/RS

ESTÁ NO SEU NÚMERO 14, APESAR DAS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENCONTRADAS, CONTINUAREMOS COM SUA PUBLICAÇÃO QUE É DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL.

COLOCAMO-NOS A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PUBLICAR SUAS EXPERIÊNCIAS, BEM COMO DAS ENTIDADES QUE QUEIRAM DIVULGAR SUAS PROGRAMAÇÕES.

PARA CONTATO UTILIZE O SEGUINTE ENDEREÇO:
AV. ALBERTO BINS, 480 SALA: 401
PORTO ALEGRE - 90.030 - RS - BRASIL
FONE: (0512) 215822

APOIO DA:

FUNDAÇÃO RIO GRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL



10º CURSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
PROFESSORES DE EXCEPCIONAIS

PSICOMOTRICIDADE

PORTO ALEGRE, 21 a 25 DE JULHO DE 1986.



COORDENADOR:

PROF. VILSON BAGATINI (0512) 420104

PROFESSORES CONVIDADOS

VILSON BAGATINI

Graduado e pós-graduado em Educação Física e Estimulação Precoce Mestrando em Educação. Criador dos jogos de excepcionais no Brasil. Dezoito anos de experiência com excepcionais. Vinte e oito cursos ministrados em vários estados. Autor e co-autor de 8 livros sobre Educação Física para Excepcionais. Especialização em Psicomotricidade na Universidade Paris VI — França.

ELILI BAGATINI

Graduada em Educação Física. Pós-Graduada em Educação Física Pré-Escolar, Escolar e Especialização em Psicomotricidade, Paris VI, França. Vinte anos de experiência escolar com excepcionais.

PAULO ROBERTO GOMES DE LIMA

Mestrando em Educação Física — U.S.P./SÃO PAULO, Professor da Universidade do Espírito Santo. Professor da Rede Escolar de Ensino do Espírito Santo. Vários Cursos ministrados em todo o Brasil.

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO ESPECIALMENTE CONVIDADOS.